

# I MOSTRA DE PSICOLOGIA

## POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS

HENIKA PRISCILA LIMA SILVA  
Instituto Diniz

# I Mostra de psicologia, políticas públicas e direitos humanos

**Edição 1**

**AUTOR:**

Vários Autores

**ORGANIZADOR:**

Henika Priscila Lima Silva

**2024**



**Editor Chefe:**

Dr José Andrade Costa Filho

**Corpo Editorial:**

Dr George Luiz Neris Caetano

(Universidade de Brasília, Doutor em Saúde Coletiva)

Dr Flávio Aparecido de Almeida

(Universidad Martín Lutero, UML, Estados Unidos, Doutorado em Ciências da Educação)

MSc Luann Glauber Rocha Medeiros

(Universidade Federal da Paraíba, Mestra em Psicologia Social)

**Revisão:**

Os Autores

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mostra de Psicologia, Políticas Públicas e Direitos  
Humanos (1. : 2024 : Campina Grande, PB)

I Mostra de psicologia, políticas publicas e  
direitos humanos [livro eletrônico] / organização  
Henika Priscila Lima Silva. -- 1. ed. --  
Campina Grande, PB : Instituto Diniz, 2024.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-83513-00-7

1. Direitos humanos 2. Psicologia 3. Políticas  
públicas I. Silva, Henika Priscila Lima. II. Título.

24-246410

CDD-150

**Índices para catálogo sistemático:**

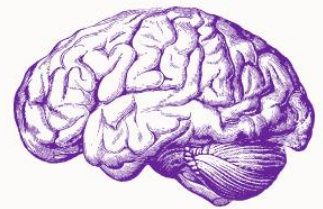
1. Psicologia 150

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**ISBN:** 978-65-83513-00-7

**DOI:** 10.5281/zenodo.14594423





# PREFÁCIO

**I MOSTRA DE  
PSICOLOGIA**  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
E DIREITOS HUMANOS

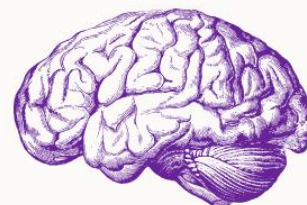
É com grande satisfação que apresento os anais da I Mostra de Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos, realizada durante a III Semana de Iniciação Científica da FAES em dezembro de 2024. Este evento, que reuniu alunos, professores e profissionais da área, teve como objetivo aprofundar discussões sobre a intersecção entre a psicologia e as políticas públicas, além de promover a reflexão sobre os direitos humanos em nossa sociedade.

A psicologia, como ciência e prática social, desempenha um papel crucial na compreensão e no enfrentamento dos desafios contemporâneos. Através de pesquisas e troca de experiências, somos capazes de traduzir teorias em ações concretas, aprimorando a formação de profissionais que atuarão de forma ética e crítica em contextos diversos. É fundamental que os futuros psicólogos compreendam a importância de suas intervenções dentro de um contexto mais amplo, alinhando seus conhecimentos às necessidades sociais e às políticas que visam promover o bem-estar coletivo.

Eventos científicos como a I Mostra de Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos são espaços essenciais para o compartilhamento de saberes e experiências. Eles possibilitam um diálogo frutífero entre academia e sociedade, incentivando a produção de conhecimento que atende às demandas reais dos cidadãos. Ao promover essa troca, contribuimos para a formação de profissionais mais conscientes e comprometidos em suas atuações.

Agradeço a todos os envolvidos na organização e na participação deste evento, em especial à Coordenadora do Curso de Psicologia Ma Isis Lima da Silva, que sem dúvida fortaleceu a nossa comunidade acadêmica e a formação de futuros psicólogos engajados com as questões sociais. Que os frutos dessas discussões possam reverberar nas práticas e nas políticas que envolvem a atuação do psicólogo.

*Prf<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Henika Priscila Lima Silva*  
*Organizadora da I Mostra de Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos*



# SUMÁRIO

**I MOSTRA DE  
PSICOLOGIA**  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
E DIREITOS HUMANOS

<b>RELAÇÃO ENTRE VIDA PROFISSIONAL X VIDA ACADÊMICA DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DA SAÚDE.....</b>	<b>6</b>
<b>IMPACTOS DO USO DO CELULAR NO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA .....</b>	<b>11</b>
<b>CAMINHOS PARA A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE MENTAL: DIFICULDADES E DESAFIOS .....</b>	<b>18</b>
<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICO ...</b>	<b>23</b>
<b>A IMPORTÂNCIA DO(A) PSICÓLOGO(A) NA ESCOLA PELA PERSPECTIVA DOS EDUCADORES E DA GESTÃO ESCOLAR.....</b>	<b>30</b>
<b>BULLYING NA ESCOLA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PSICOLOGIA AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE COMBATÊ-LO .....</b>	<b>37</b>
<b>SÍNDROME DE BURNOUT E SEU IMPACTO NA PRÁTICA DOCENTE .....</b>	<b>46</b>
<b>A NECESSIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA APOIAR CRIANÇAS NEURO ATÍPICAS NAS ESCOLAS .....</b>	<b>51</b>
<b>A ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRABALHO COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS.....</b>	<b>56</b>
<b>CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL: UM BEM-ESTAR COLETIVO.....</b>	<b>59</b>
<b>MATERNIDADE E TRABALHO E OS SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>64</b>
<b>SILÊNCIO QUEBRADO: ENFRENTANDO O ABUSO INFANTIL E PROTEGENDO O FUTURO.....</b>	<b>69</b>



**RELAÇÃO ENTRE VIDA PROFISSIONAL X VIDA ACADÊMICA DE  
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DA SAÚDE**

**Emily Farias Lobo**<sup>1</sup>

Orcid: 0009-0004-0384-9445

**Iasmin de Macedo Gomes**<sup>2</sup>

Orcid: 0009-0008-5983-5391

**Kainan Henrique Silva Mares**<sup>3</sup>

Orcid: 0009-0006-5653-4126

**Luís Daniel Rodrigues Lima**<sup>4</sup>

Orcid: 0009-0005-0778-6522

**Marcelo Farias Reis**<sup>5</sup>

Orcid: 0009-0008-9791-5739

**Rian Pereira Sousa**<sup>6</sup>

Orcid: 0009-0003-2939-3450

**Sabrina dos Santos Queiroz**<sup>7</sup>

Orcid: 0009-0007-4889-5893

**RESUMO:** A busca por identidade, liberdade e autossuficiência surge nas primeiras fases do desenvolvimento humano, dando luz às bases que definirão a personalidade e essência do indivíduo. Duas grandes expressões dessa busca estão na construção de uma vida profissional e acadêmica. Apesar de juridicamente todo ser humano ter o direito de trabalhar e estudar, no sistema atual, a conciliação árdua dessas duas atividades pode apresentar prejuízos significativos à saúde física e mental. Este estudo buscou analisar como a rotina de trabalho no período de estudos pode afetar a saúde mental e o desenvolvimento acadêmico de estudantes de graduação da área da saúde. Foi realizada uma pesquisa de campo, quantitativa e descritiva, por meio de um formulário eletrônico, via GoogleForms, composto por 16 perguntas. A divulgação do instrumento de pesquisa se deu por meio das plataformas digitais, tendo como público alvo estudantes da área da saúde das faculdades UNESULBAHIA, UNOPAR e FAES. A amostra foi composta em sua maioria por estudantes jovens (16 a 20 anos, 31%), estudantes da FAES e da graduação de psicologia (57%). Em relação aos estudos boa parte dedicam cerca de duas a três horas semanais (35%) e não apresentaram satisfação com aprendizagem acadêmica (42%), entretanto a maioria sinalizou dificuldades com o equilíbrio entre a vida profissional e acadêmica e afirmou que o trabalho prejudica com o rendimento da aprendizagem da graduação (48%). Conclui-se que a distribuição de tempo, de energia física, psíquica, emocional, e outros fatores relacionados a vida profissional tem influências negativas no desempenho, satisfação acadêmica e na saúde mental do graduando. A vida profissional acaba por ser colocada acima da vida acadêmica por conta dos fatores de sobrevivência envolvidos. Por consequência, vários indivíduos abandonam ou sequer ingressam no ensino superior por conta da impossibilidade de conciliação saudável entre vida profissional e vida acadêmica.

**Palavras-chave:** Área da saúde, desempenho, dificuldade de aprendizagem, saúde mental.

## **INTRODUÇÃO**

Uma evidência importante do desenvolvimento humano na juventude é a busca por independência e pela construção de bases próprias que contribuam para uma vida



autossuficiente. Esse processo pode ser percebido desde cedo, na forma como os jovens organizam seus círculos sociais, escolhendo grupos e contatos de acordo com seus interesses e preferências individuais (FLEURY, 2007). Ao longo do tempo, essa busca por autonomia torna-se ainda mais crucial, influenciando diretamente os rumos da vida e as decisões que definem o futuro.

Entre as principais formas de conquistar essa independência, destacam-se a formação acadêmica e a inserção no mercado de trabalho. Esses dois caminhos são frequentemente vistos como complementares, pois oferecem não apenas meios de subsistência, mas também oportunidades de crescimento pessoal e social. A educação formal, estruturada de maneira sistemática, desempenha um papel central ao preparar os indivíduos para o exercício da cidadania e para a condução de seus projetos de vida (RODRIGUES, 2001). Já o trabalho, além de ser fonte de renda, contribui para a construção da identidade e exerce um impacto direto sobre a saúde mental do indivíduo (LANCMAN; SZNELWAR; UCHIDA, 2011).

No entanto, o equilíbrio entre essas duas dimensões é frequentemente desafiador, sobretudo para jovens que precisam trabalhar enquanto estudam. Muitas vezes, essa dificuldade leva ao abandono dos estudos ou compromete o desempenho acadêmico, gerando impactos que vão além da sala de aula. Foi nesse contexto que este estudo buscou analisar como a rotina de trabalho afeta o desenvolvimento acadêmico e saúde mental de estudantes de graduação da área da saúde.

## **OBJETIVO**

Analisamos como a rotina de trabalho, simultânea ao período de estudos, afetou o desenvolvimento acadêmico e a saúde mental de um estudante de ensino superior da área da saúde, através de uma pesquisa de campo quantitativa e descritiva em universidades na região da costa do descobrimento. Procurou-se descrever como se deu a estrutura relacional entre trabalho e estudos de alunos de graduação na área da saúde que possuem vida profissional ativa, observando as diferenças significativas em comparação aos que não possuem, as diferenças nas horas de trabalho, escala semanal, flexibilidade de horário de saída e outras características do ambiente profissional que afetam o desenvolvimento e a satisfação do estudante com seu rendimento acadêmico, como também a sua própria saúde mental.

## **MÉTODO**



A pesquisa foi realizada com metodologia quantitativa e descritiva, utilizando um formulário eletrônico composto por 16 perguntas. Esse formulário foi disponibilizado por meio do Google Forms e divulgado em plataformas digitais, tendo como público-alvo estudantes de saúde das faculdades UNESULBAHIA, UNOPAR e FAES localizadas na região da Costa do Descobrimento. O preenchimento do formulário levou, em média, de três a cinco minutos, e os dados coletados foram analisados com o auxílio das ferramentas do Google Forms e do programa Excel. Essas análises permitiram uma visão geral dos resultados e possibilitaram identificar relações entre as diferentes variáveis.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A amostra foi composta em sua maioria por estudantes jovens (16 a 20 anos, 31%), estudantes da FAES e da graduação de psicologia (57%). Em relação aos estudos boa parte dedicam cerca de duas a três horas semanais (35%) e não apresentaram satisfação com aprendizagem acadêmica (42%), entretanto a maioria sinalizou dificuldades com o equilíbrio entre a vida profissional e acadêmica e afirmou que o trabalho prejudica com o rendimento da aprendizagem da graduação (48%). Com relação a saúde mental, (40%) afirmaram que o relacionamento entre vida profissional e vida acadêmica afetava sua saúde mental e (34%) concordavam parcialmente que era afetada negativamente. A pesquisa revelou que a jornada de trabalho, quando somada às demandas acadêmicas, é um dos principais fatores que comprometem a qualidade do aprendizado. Muitos estudantes relataram não conseguir se dedicar plenamente às atividades acadêmicas devido ao cansaço físico e mental causado pelo trabalho. Esse cenário também afetou outros aspectos importantes, como a capacidade de concentração nas aulas e a frequência acadêmica, uma vez que muitos estudantes precisam faltar a compromissos acadêmicos devido às responsabilidades profissionais. Esses dados estão correlacionados com a pesquisa de Silva (2023) que diz que a maior parte dos estudantes de ensino superior seja em faculdades privadas ou públicas trabalham entre 20 a 40 horas semanais e dedicam em média 1 a 3 horas de estudo diário fora das dependências da faculdade, portanto possuindo tempo reduzido para se dedicarem aos estudos.

A insatisfação em relação ao desenvolvimento acadêmico pessoal demonstra como a vida profissional ativa paralela a vida acadêmica impacta negativamente o processo de aprendizado. Sem tempo suficiente para revisar e estudar os conteúdos, muitos estudantes se sentem desmotivados e desconectados de suas metas acadêmicas. Essa falta de tempo de qualidade para os estudos compromete não apenas o desempenho nas disciplinas, mas também



a percepção dos estudantes sobre sua própria formação. Esse relato dos estudantes também é citado na pesquisa de Camargo e Rech (2020) onde os estudantes dizem que sentem que a carga horária de trabalho influencia no seu desempenho acadêmico, afirmando que o tempo dedicado ao trabalho afeta no manter uma rotina de estudo e que maioria estuda um dia antes das provas e trabalhos avaliativos.

Cabe ressaltar que, embora este estudo tenha se concentrado na relação entre trabalho e estudo, existem outros fatores externos que podem influenciar a saúde mental dos estudantes, como questões familiares, problemas financeiros ou mesmo conflitos pessoais. Esses elementos, embora não tenham sido analisados diretamente, também contribuem para o esgotamento e podem agravar os desafios enfrentados por quem precisa conciliar essas múltiplas responsabilidades.

Embora tenha sido feita com um número considerável de pessoas e tenha participado estudantes da área da saúde de diversos cursos, poderão ser feitas pesquisas com maior número de participantes e de outras áreas do saber, pois foi levado em consideração que a maior dos estudantes dessa área estudava no período noturno e trabalhavam no período diurno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que a distribuição de energia física, psíquica, emocional, de tempo e outros fatores da vida profissional tem influências negativas no desenvolvimento e satisfação acadêmica do estudante e como essas consequências afetam a saúde mental. A vida profissional acaba sendo colocada acima da vida acadêmica por conta dos fatores de sobrevivência envolvidos, fazendo com que a distribuição de energia seja destinada prioritariamente a atividades que ajudem no sustento do estudante, o que atrapalha o desenvolvimento pleno de uma vida acadêmica. Por consequência, vários indivíduos abandonam ou sequer ingressam no ensino superior por conta da impossibilidade de conciliação saudável entre vida profissional e vida acadêmica.

Contudo, o sonho da formação, como também o anseio pelo desenvolvimento de identidade por meio da vida acadêmica não deixa de existir. É fundamental que instituições de ensino, empregadores e o próprio governo colaborem na criação de políticas e iniciativas que promovam melhores condições de estudo e trabalho para os jovens universitários. O avanço do meio acadêmico como um todo e a estrutura do meio profissional que temos hoje podem ser afetadas positivamente pelo surgimento de pesquisas e propostas de intervenção



governamentais e sociais. Afinal, ao investir em soluções que valorizem o aprendizado e o bem-estar, estaremos construindo uma sociedade mais justa e capaz de oferecer oportunidades reais para que os jovens alcancem seus objetivos e sonhos.

## REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. *Educação & Sociedade*, 2001, v. 22, n. 76.

SZNELWAR, Laerte Idal; UCHIDA, Seiji; LANCMAN, Selma. A subjetividade no trabalho em questão. *Tempo Social*, 2011, v. 23, n. 1, p. 11-30.

SILVA, Valeska Ariele Lima da. Relação entre desempenho acadêmico e participação no mercado de trabalho. 2023. 50 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Universidade XYZ, Cidade, 2023, p. 39-41.

CAMARGO, Sabrina Matté de; RECH, Anderson. Relação entre carga horária de trabalho e desempenho acadêmico em estudantes de Educação Física. *Educação e Realidade*, 2020, v. 45, n. 2, p. 1-17.



## IMPACTOS DO USO DO CELULAR NO ESINO MÉDIO: um relato de experiência

**Vanússia Araújo Pereira da Silva**<sup>1</sup>

Orcid: 0009-0005-7253-3337

**Eliálison Rocha da Silva Araújo**<sup>2</sup>

Orcid: 0009-0001-8891-7176

**Heloísa Medeiros Santos**<sup>3</sup>

Orcid:0009-0001-1206-4381

**Jucivania Sampaio da Silva**<sup>4</sup>

Orcid:0009-0004-2445-5402

**Luciana Viana Souza**<sup>4</sup>

Orcid: 0009-0005-4233-7976

**Pedrinha Vieira Santos Santana**<sup>6</sup>

Orcid: 0009-0003-2900-8460

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Henika Priscila L. Silva**<sup>7</sup>

Orcid:0000-0001-9831-9711

**RESUMO:** O avanço das tecnologias digitais, especialmente dos celulares, apresenta desafios e oportunidades para o ambiente escolar. Em um contexto em que o celular é uma ferramenta essencial no cotidiano dos jovens, seu uso irrestrito na sala de aula gera polêmicas, pois pode contribuir tanto para o aprendizado quanto para distrações que afetam o desempenho acadêmico. Buscou-se investigar como o uso de celulares na sala de aula influencia o desempenho acadêmico e o comportamento dos estudantes, destacando as percepções de alunos, professores e gestores. Este estudo analisou os impactos do uso do celular na aprendizagem acadêmica de estudantes do 1º ano do ensino médio de uma escola pública. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem descritiva e quantitativa, com aplicação de questionários online a fim de mensurar a frequência e características do uso do celular em sala de aula. O grupo amostral foi de 74 estudantes dos turnos matutino, vespertino e noturno, 18 professores e 02 gestores de uma escola estadual de Porto Seguro (BA). A coleta de dados foi realizada entre outubro e novembro de 2024. A análise se consolidou a partir de saberes da estatística descritiva, que possibilitou a identificação de padrões de uso e as percepções sobre os desafios da utilização do recurso tecnológico em salas de aula. Fundamentou-se, também, em artigos científicos e relatórios de instituições renomadas nas áreas da psicologia e educação, como a pesquisa TIC educação (2023), o relatório da UNESCO (2023), e as notas do Brasil no PISA (2023) que exploram o uso de tecnologias, especialmente celulares, no contexto escolar e seus efeitos sobre o desempenho acadêmico e o comportamento dos alunos. Identificou-se a existência de uma dualidade de impactos positivos e negativos associados ao uso do celular no ambiente escolar. Os resultados mostraram uma frequência de uso indiscriminada e o acesso irregular à internet em sala de aula, revelando um cenário onde o uso pedagógico do celular não é plenamente explorado. Os participantes reconhecem os potenciais benefícios do uso do dispositivo, mas há uma falta de integração estruturada na rotina educacional que maximize esse potencial sem comprometer o foco dos alunos. A pesquisa também evidenciou que, conforme pontua o relatório da UNESCO (2023), a ausência de acesso igualitário à tecnologia e à internet geram uma disparidade que prejudica a inclusão plena de recursos tecnológicos no ambiente educacional. O estudo revelou a necessidade de políticas



escolares que regulamentem o uso de celulares, permitindo um equilíbrio entre os benefícios educacionais e a redução de distrações. Nesse sentido, propõe-se que haja, no âmbito escolar, o desenvolvimento de um programa educativo de uso consciente do celular, com enfoque na autorregulação e no uso pedagógico planejado. Faz-se necessário investimento em capacitação para docentes e alternativas tecnológicas que promovam igualdade de acesso.

**Palavras-chave:** Tecnologia; impactos na aprendizagem; uso de celular; distração e desigualdade de acesso.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais alterou profundamente o cotidiano e as práticas sociais, especialmente entre os jovens. Um dos dispositivos que se tornou onipresente é o celular, ferramenta que permite acesso instantâneo a informações, redes sociais e entretenimento. Essa presença significativa de celulares na vida dos estudantes, incluindo o ambiente escolar, suscita questionamentos sobre seus impactos no aprendizado acadêmico.

De um lado, o celular pode ser uma ferramenta de apoio pedagógico, oferecendo acesso a uma ampla variedade de recursos educacionais. Por outro, seu uso irrestrito e indiscriminado pode levar à distração e ao declínio do desempenho acadêmico (SANTANA; FERREIRA; DUARTE, 2023). Dessa forma, o uso de dispositivos móveis durante as aulas trouxe consigo um debate acirrado sobre as vantagens e desvantagens dessa prática no ambiente escolar.

Motivada pela crescente utilização de celulares em ambientes escolares e pelo intenso debate ampliado pela proposta de um projeto de lei (em elaboração pelo Ministério da Educação) que visa proibir o uso do celular por alunos da educação básica em escolas públicas e particulares do Brasil, esta pesquisa almejou fomentar e apontar caminhos para uma melhor compreensão da problemática, assessorados por uma visão científica, mediante uma revisão bibliográfica sobre a temática e ainda uma pesquisa de campo de cunho descritivo e quantitativo.

Esse estudo considerou necessário entender os impactos do uso do celular em sala de aula e a repercussão da proibição desse recurso em ambiente escolar. Por isso, fez-se relevante o desenvolvimento dessa pesquisa, bem com seu intento de informar sobre as políticas educacionais e auxiliar na compreensão e possibilidade de vislumbrar caminhos mais eficazes para o uso dessa tecnologia em sala de aula. Ao abordar o tema, pretendeu-se contribuir para o entendimento dos efeitos do celular na dinâmica da aprendizagem e avaliar as percepções de estudantes, professores e gestores escolares sobre essa prática.



Portanto, o foco deste estudo foi direcionado aos impactos do uso do celular sobre o desempenho acadêmico, o engajamento e o comportamento dos alunos em sala de aula, investigando tanto os potenciais benefícios quanto os desafios que emergem dessa prática.

## **OBJETIVO**

Analisar a influência do uso de celulares em sala de aula, no processo de aprendizagem de estudantes do 1º ano do ensino médio de um Colégio Estadual de Porto Seguro, considerando aspectos como desempenho acadêmico, engajamento e comportamento em sala de aula.

## **MÉTODO**

O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura e pesquisa de campo utilizando uma abordagem descritiva e exploratória, de natureza quantitativa. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário *online* disponibilizado aos participantes: 74 alunos, 18 docentes e 02 gestores de uma escola da rede estadual de ensino, na cidade Porto Seguro/BA, no período de 31 de outubro a 08 de novembro de 2024. A pesquisa divide-se em duas etapas principais: a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo.

A análise dos dados quantitativos foi conduzida por meio de estatísticas descritivas, visando identificar padrões e frequências de respostas. Para o embasamento teórico, foram consultados e analisados de forma crítica, artigos de periódicos acadêmicos, estudos publicados em revistas científicas e relatórios de instituições como a UNESCO e o Ministério da Educação, além de materiais disponíveis em bibliotecas universitárias e fontes online.

Para a condução da pesquisa, adotou-se uma abordagem mista, com a intenção de captar tanto a frequência e características do uso de celulares em sala de aula quanto as percepções de estudantes, professores e gestores sobre esse uso e seus impactos no aprendizado.

O questionário direcionado aos estudantes do 1º ano foi aplicado nos turnos matutino, vespertino e noturno, visando a compreensão do perfil de uso dos celulares, sua frequência e propósito (acadêmico ou recreativo), além das percepções sobre os efeitos no aprendizado e no comportamento em sala de aula.

O questionário para os professores buscou captar suas percepções acerca do uso de celulares pelos alunos, observando como esse uso influencia o comportamento e o engajamento dos estudantes, bem como suas opiniões sobre possíveis regulamentações e políticas para o uso desses dispositivos. Já o questionário para a equipe gestora abordou as políticas vigentes sobre

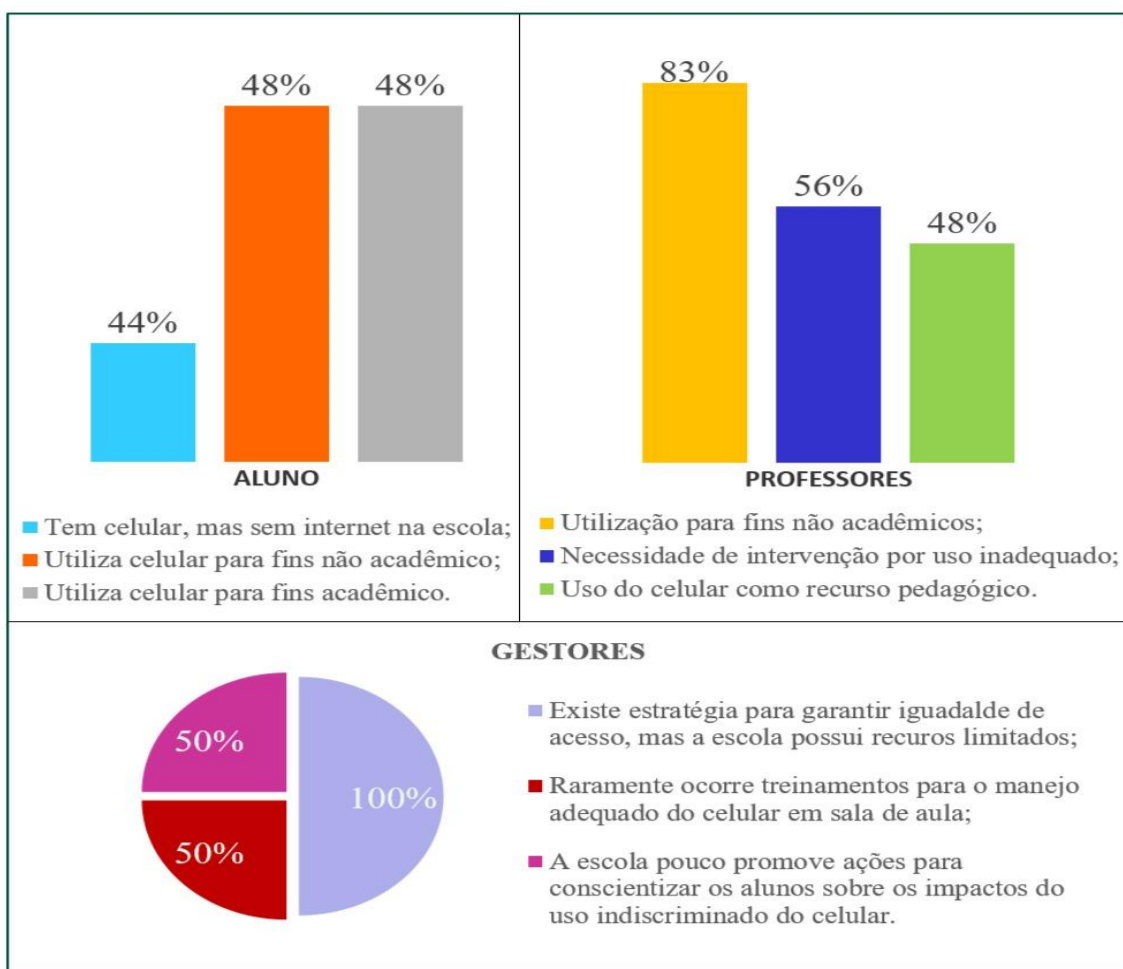
o uso de celulares, os desafios na implementação dessas regulamentações e suas observações sobre a influência dos dispositivos no ambiente escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise e discussão dos dados obtidos, buscou avaliar as respostas a cada pergunta dos questionários aplicados e, observou as respostas mais frequentes. A partir disso foi feita uma análise crítica acerca dos resultados alcançados.

A figura 1, a seguir, elucida alguns dos principais achados obtidos pelos questionários aplicados aos alunos, professores e gestores de uma escola Estadual da cidade de Porto Seguro/Ba.

Figura 1 – Percepções do uso do celular em sala de aula



Fonte: dados de pesquisa colhidos em questionário online dentre os dias 31 de outubro de 2024 a 08 de novembro de 2024 em uma Escola Estadual da cidade de Porto Seguro/Ba.



Os dados indicam que o uso do celular é visto de forma ambivalente pelos estudantes. Embora ele seja percebido como uma ferramenta útil para o aprendizado, também é considerado uma distração significativa, pois muitos estudantes (48%) fazem uso da ferramenta, em sala de aula, para fins não acadêmico (jogos, mensagens, ligações, redes sociais, ouvir músicas, dentre outros). Contrastando com o dado de 48% dos estudantes que afirmam utilizar o dispositivo para pesquisar informações relacionadas ao conteúdo da aula. Esta informação revela uma tendência dos alunos em buscar conhecimentos complementares durante as aulas, fortalecendo a possibilidade de percepção do celular como uma ferramenta auxiliar de estudo. Todavia, para ser eficaz, essa prática deve ser bem orientada e acompanhada de recursos que facilitem o aprendizado e aproveitem o potencial tecnológico dos dispositivos móveis, mantendo seu uso alinhado aos objetivos pedagógicos, conforme orienta o relatório da UNESCO (2023).

Os resultados evidenciaram ainda que, embora muitos estudantes possuam celular, nem todos tem acesso à internet na escola. Esse dado ressalta a variabilidade de conectividade entre os estudantes, o que pode impactar diretamente na possibilidade de usar o dispositivo como ferramenta de apoio pedagógico em sala de aula.

A maioria dos professores (83%) relataram que os estudantes utilizam o celular em sala de aula para fins não acadêmicos. E que frequentemente ocasiona distração e comportamentos inadequados, havendo necessidade de intervenção. Contudo, afirmaram perceber o celular como uma ferramenta de potencial educativo, mas com ressalvas importantes. Percebem que o dispositivo pode trazer tanto benefícios quanto distrações, destacando a necessidade de uma abordagem equilibrada para sua inclusão em sala de aula, com diretrizes e práticas que minimizem os efeitos negativos e maximizem seu valor como recurso educacional.

O questionário aplicado aos gestores da escola revelou que a escola enfrenta desafios consideráveis com o uso de celulares em sala de aula, incluindo comportamentos inadequados por parte dos alunos e, queixas frequentes dos professores, mas apresenta iniciativas ainda esporádicas para abordar essas questões.

Sobre a igualdade de acesso digital, a escola reconhece a existência de uma estratégia para garantir essa igualdade, embora os recursos sejam limitados e não atendam a todos, com 100% de frequência nessa resposta. Isso reflete um esforço da instituição em considerar a diversidade de condições socioeconômicas dos alunos, mas também revela uma limitação estrutural que pode prejudicar a inclusão digital de forma equitativa.



No tocante à capacitação dos professores para o manejo adequado do celular em sala de aula, ficou evidente que a escola raramente realiza orientações ou treinamentos. Esse achado revela uma lacuna importante na formação docente para lidar com os desafios impostos pelo uso do celular em sala, evidenciando a necessidade de capacitações mais regulares e estratégias pedagógicas para otimizar o uso dos dispositivos e minimizar distrações.

Quanto às ações de conscientização sobre o uso excessivo do celular, foi pontuado que a instituição promove essas atividades “às vezes” ou “raramente”, com uma frequência de 50%. Essa resposta aponta para uma abordagem ainda limitada em relação à orientação aos alunos sobre os impactos do uso excessivo e indiscriminado do celular em sala de aula. O que pode explicar, ao menos em parte, a alta incidência de comportamentos inadequados. Um programa mais consistente de conscientização poderia auxiliar os alunos a utilizarem o celular de maneira mais responsável e alinhada aos objetivos pedagógicos (SANTANA; FERREIRA; DUARTE, 2023).

Um maior investimento em alternativas tecnológicas, capacitações docentes e estratégias de conscientização poderia contribuir para o uso mais efetivo e positivo dos dispositivos no contexto escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatou-se, em consonância com o estudo de Santana, Ferreira e Duarte (2023) que, embora o celular seja amplamente visto como uma ferramenta útil para o aprendizado, principalmente para pesquisas e acesso a conteúdo complementares, ele também atua como uma fonte significativa de distração. A frequência de uso indiscriminada e o acesso irregular à internet em sala de aula, revelam um cenário onde o uso pedagógico do celular não é plenamente explorado. Tanto os alunos quanto os professores reconhecem os potenciais benefícios do uso do dispositivo, mas há uma falta de integração estruturada na rotina educacional que maximize esse potencial sem comprometer o foco dos alunos.

O estudo revelou, também, a necessidade de abordagens pedagógicas mais direcionadas. As limitações observadas na infraestrutura tecnológica da escola, somadas à falta de diretrizes claras para o uso do celular, evidenciam que o ambiente escolar ainda não está totalmente preparado para integrar esses dispositivos de forma benéfica e equilibrada. Isso coaduna com as recomendações do relatório da UNESCO (2023) que pontua uma necessidade de garantir acesso igualitário, regulamentar o uso da tecnologia, preparar os professores e proteger os estudantes das influências negativas do uso da tecnologia.



Observou-se, portanto, a existência de uma dualidade de impactos positivos e impactos negativos associados ao uso do celular em sala de aula. Isso implica em um significativo desafio para mitigar ou, se possível, extinguir os aspectos negativos, tornando o uso dessa ferramenta um profícuo recurso pedagógico.

Nesse sentido, propõe-se que haja, no âmbito escolar, a criação de um programa educativo de uso consciente do celular, com enfoque na autorregulação e no uso pedagógico planejado. A escola poderia implementar, por exemplo, oficinas periódicas de conscientização sobre o uso responsável dos dispositivos móveis, engajando tanto os estudantes quanto os professores. Além disso, é necessário um investimento em recursos tecnológicos para as escolas a fim de possibilitar acesso igualitário a todos os estudantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Notas sobre o Brasil no Pisa 2022. Brasília, DF: Inep, 2023.

KUZNEKOFF, JH, & TITSWORTH, S. O impacto do uso do celular no aprendizado dos alunos. 2013. Comunicação Educação, 62. Disponível em:

<<https://psycnet.apa.org/record/2013-25561-001>>. Acesso em: 26 set. 2024.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2000.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (NIC.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: Pesquisa TIC Educação, ano 2023. São Paulo: NIC.br, 2024. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/arquivos/educacao/2023/escolas>>. Acesso em: 28 out. 2024.

SANTANA, Washington José de; FERREIRA, Ana Beatriz Medeiros; DUARTE, Ana Estela Brandão. Os desafios do celular em sala de aula. Anais IX CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/97444>>. Acesso em: 14 out. 2024.

UNESCO. 2023. Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem? Paris, UNESCO.

SMITH, Vernon L. Uma Vida de Economia Experimental. Volume 1, 2018. Disponível em: <<https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-319-98404-9>>. Acesso em: 21 out. 2024.

WOOD, Eileen; *et al.* Examinando o impacto da multitarefa fora da tarefa com tecnologia no aprendizado em sala de aula em tempo real. Computadores e Educação, volume 58, Edição 1, janeiro de 2012. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360131511002077>>. Acesso em: 09 out. 2024.



**CAMINHOS PARA A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE MENTAL:  
DIFICULDADES E DESAFIOS**

**Ana Karolina Salgado Cunha**<sup>1</sup>

Orcid: 0009-0003-9895-547X

**Isadora Lopes Nascimento**<sup>2</sup>

Orcid: 0009-0003-7288-9996

**Mariana Oliveira dos Anjos**<sup>3</sup>

Orcid: 0009-0004-8965-9211

**Neyvito Pereira da Silva**<sup>4</sup>

Orcid: 0009-0009-7181-7943

**Ramilla Lima Santos**<sup>5</sup>

Orcid: 0009-0007-6280-9023

**Tatiane Carvalho Moura**<sup>6</sup>

Orcid: 0009-0004-7785-8707

**RESUMO:** Este trabalho discute sobre os desafios enfrentados para garantir o direito à saúde mental, comprometendo-se a explicar o conceito de saúde mental e a apresentar as políticas públicas criadas para garantir esse direito. Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, com o objetivo discutir acerca das dificuldades e desafios enfrentados para o funcionamento pleno da Rede de Atendimento Psicossocial (RAPS). A atividade foi realizada com 42 estudantes dos cursos de Enfermagem e Fisioterapia da Faculdade Unesulbahia, localizada em Eunápolis – BA. O encontro aconteceu em uma sala de aula, com uma breve apresentação da temática e a abertura da discussão com o lançamento da pergunta disparadora: "Quais as possíveis estratégias para garantir o direito de acesso à saúde mental na realidade da RAPS?". Observou-se uma percepção unânime entre os 42 estudantes, trazendo à tona uma visão crítica sobre a realidade dos serviços de saúde, evidenciando a falta de recursos humanos e materiais, a sobrecarga e falta de capacitação dos profissionais e a pandemia da Covid-19 como principais entraves deste cenário. Portanto, a discussão reforçou a urgência de investimentos e reformulações para fortalecer o atendimento humanizado na RAPS.

**Palavras-chave:** Rede de Atenção Psicossocial. Saúde Mental. Políticas Públicas.

## INTRODUÇÃO

A produção acadêmica retrata sobre os desafios enfrentados na garantia do direito a saúde mental no Brasil, admitindo o compromisso de explicar sobre o conceito de saúde mental e expor as políticas públicas elaboradas para a garantia deste direito consolidado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Neste sentido, é válido citar a Lei nº 10.126/2001, que consolidou a Reforma Psiquiátrica no Brasil, a qual foi fortalecida com a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial).



A RAPS é uma estratégia da Política Nacional de Saúde Mental, que visa a criação de serviços e equipamentos substitutivos aos antigos hospitais psiquiátricos, sendo considerada um modelo de atenção e cuidado humanizado para as pessoas com sofrimento psíquico e transtornos mentais (BRASIL, 2011). Apesar da existência dessa política, sabe-se que existe uma série de desafios significativos que afetam a eficácia do sistema público de saúde. Esses problemas são complexos e multifacetados, refletindo tanto questões estruturais quanto sociais.

Segundo Sawaya (2006), o êxito das políticas públicas depende do conhecimento da realidade para que o conteúdo e a gestão dos programas públicos sejam coerentes. Nesse sentido, torna-se fundamental que os profissionais e estudantes da área da saúde participem das discussões acerca do cenário brasileiro, uma vez que fazem parte da equipe multidisciplinar também responsável pela consolidação e efetivação das políticas.

## **OBJETIVO**

Discutir acerca das dificuldades e desafios enfrentados para o funcionamento das políticas públicas de saúde mental.

## **MÉTODO**

O presente trabalho foi elaborado como critério avaliativo para a disciplina de Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos no curso de Psicologia. A atividade foi realizada com os estudantes do curso de Enfermagem e Fisioterapia da Faculdade Unesulbahia, localizada em Eunápolis – BA, no período noturno. Foi utilizado o espaço da sala de aula com cadeiras dispostas em formato circular para facilitar a interação durante a roda de conversa. Houve uma explicação inicial sobre os temas apontados, de forma que os estudantes compreendessem a proposta da discussão. No decorrer das explicações, foi realizada uma questão disparadora, abrindo o momento de fala para os alunos, sendo esta “Quais as possíveis estratégias para garantir o direito de acesso a saúde mental na realidade da RAPS?”. A professora presente na intervenção também realizou questionamentos, incentivando a participação. A atividade teve a duração de 1h e 30 min.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Estavam presentes na intervenção 42 estudantes dos cursos de fisioterapia e enfermagem. Realizada em um único encontro no turno noturno, a ação foi exitosa, sendo possível proporcionar um clima de troca e aquisição de conhecimento. Tornou-se evidente que



apesar dos avanços, é preciso abordar as fragilidades que ainda existentes e persistentes, sejam elas heranças da história da evolução da saúde mental e outras que são frutos da criação da RAPS. Nesse sentido, o levantamento teórico, que trouxe como resultados a insuficiência estrutural dos serviços comunitários, a precarização das condições de trabalho e dos vínculos profissionais e a desigualdade na eficácia dos serviços nos distintos contextos regionais do Brasil é compatível com a realidade atual (DELGADO, 2015).

Foi possível perceber com unanimidade, no que se refere a visão sobre os desafios para garantia do direito à saúde mental. O debate apontou que a escassez de recursos nos serviços de saúde contribui para essa realidade desafiadora, reforçada pela falta de capacitação dos profissionais para lidar adequadamente com os usuários desses serviços. Além disso, os participantes destacaram os impactos profundos causados pela pandemia de Covid-19, que intensificou a pressão sobre os equipamentos de saúde ao gerar uma alta demanda de atendimentos, agravando problemas já existentes e colocando à prova a capacidade de resposta do sistema.

Segundo Guljor e Amarante (2020), o desenvolvimento de estratégias eficazes para o cuidado em saúde mental continua sendo um grande desafio. Os autores reforçam que é preciso não só garantir que os usuários das redes de apoio tenham um acompanhamento contínuo, mas também ampliar a compreensão sobre o sofrimento gerado pela pandemia. O impacto da crise sanitária, que trouxe perdas, precarização das condições de vida e um cenário de incerteza quanto ao futuro, exigiu uma visão mais ampla e sensível para que as redes de saúde mental possam realmente atender às necessidades da sociedade.

Colaborando com o enriquecimento da discussão, os estudantes trouxeram suas vivências pessoais. Uma aluna de Enfermagem que atua no sistema público como Técnica de Enfermagem relatou o desafio de lidar com as jornadas de trabalho frequentemente exaustivas, comentando sobre a carga horária prolongada até o acúmulo de tarefas e a pressão emocional. Neste momento, outra aluna se manifestou, compartilhando a sua vivência como filha de uma profissional da saúde e como ela percebe a ausência e exaustão da mãe pelas longas jornadas de trabalho. A partir da análise desta fala, é possível apontar que o nível de sobrecarga pode influenciar na qualidade do serviço, uma vez que a baixa satisfação no trabalho possui a capacidade de afetar o relacionamento com os pacientes e interferir no próprio tratamento oferecido (ISHARA; BANDEIRA; ZUARDI, 2008).



Outra estudante também expressou que, embora tenha aprendido a realizar seu trabalho com dedicação e responsabilidade, precisou desenvolver um profissionalismo que ultrapassa o amor pela profissão. Ela compartilhou que diante das demandas e dos desafios do cotidiano, o simples "amor pelo trabalho" não é suficiente para enfrentar as pressões constantes. Essa fala traz à tona a complexidade emocional que muitos profissionais enfrentam, revelando que a resiliência e o compromisso vão além de uma vocação inicial e requerem um amadurecimento em meio às adversidades.

A dificuldade da continuidade do tratamento também foi um tópico da discussão, sendo esta influenciada pela falta de recursos materiais e/ou humanos para atendimento dentro dos equipamentos de saúde ou até pela falta de acesso a um transporte seguro e acessível para acessar aos serviços. Esses aspectos criam barreiras significativas para a continuidade do tratamento em saúde mental, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. Torna-se compreensível que quando alguém luta para atender às necessidades mais fundamentais, como conseguir um transporte até o local de tratamento, a saúde mental pode acabar sendo deixada em segundo plano, mesmo quando o tratamento é essencial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ficou evidente que, apesar da importância da RAPS como estrutura para o cuidado em saúde mental, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para melhorar a qualidade e garantir a continuidade do atendimento. A escassez de recursos humanos, materiais e logísticos e a alta demanda após a pandemia tornam o cenário ainda mais complexo. Para a conquista dos avanços, é essencial investir no trabalho colaborativo entre os diferentes serviços da saúde, na formação contínua dos profissionais e em uma revisão das políticas públicas, de modo a superar as limitações atuais e assegurar um atendimento mais acessível, eficiente e humano.

## **REFERÊNCIAS**

BANDEIRA, M.; ISHARA, S.; ZUARDI, A. W. Satisfação e sobrecarga de profissionais de saúde mental: validade de construto das escalas Satis BR e Impacto BR. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 2007, v. 56, n. 4, p. 280-286.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Estabelece a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.



DELGADO, P. G. Limites para a inovação e pesquisa na reforma psiquiátrica. *Physis*, 2015, v. 25, n. 1, p. 13-18.

GULJOR, Ana Paula; AMARANTE, Paulo. Redes de Atenção Psicossocial: desafios do cuidado em tempos de pandemia. In: *O enfrentamento do sofrimento psíquico na Pandemia*. 2020, p. 42.

SAWAYA, A. L. Políticas públicas: pontos de método e experiências. *Estudos Avançados*, 2006, v. 20, n. 56, p. 131-148.



## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL E SEUS IMPACTOS PSICOLÓGICO

**Sania Nascimento da Silva<sup>1</sup>**

Orcid: 0009-0009-1346-2718

**Railana Querino Medina<sup>2</sup>**

Orcid: 0009-0004-9314-8561

**Yalle Moura<sup>3</sup>**

Orcid: 0009-0003-2165-0803

**Regiane Pereira do Nascimento<sup>4</sup>**

Orcid: 0009-0008-0602-6849

**Sameny Souza<sup>5</sup>**

Orcid: 0009-0004-3748-3074

**Ranane Silva Rodrigues<sup>6</sup>**

Orcid: 0009-0002-6862-7080

**RESUMO:** A violência doméstica infantil se trata de toda e qualquer ato de agressão física, psicológica ou emocional às crianças no ambiente familiar. Compreender os impactos dessa violência é fundamental para que se possa desenvolver intervenções eficazes, pois suas consequências psicológicas são devastadoras e podem contribuir para a continuação desse ciclo de violência que só cresce e pode desencadear o desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão, dificuldades de relacionamento interpessoal, além de baixa autoestima. Dessa forma, buscou-se neste estudo informar ao público infantil da Instituição SOS Vida, sobre como proteger o seu corpo, conhecendo as áreas que as pessoas podem ou não tocar, como forma de prevenção de possíveis violências. Para tanto, foi realizada uma intervenção por meio de teatro de fantoches, para crianças de 1 a 6 anos de idade, ensinando sobre a importância do corpo da criança e como devemos cuidar dele. Por meio de material emborrachado (EVA) as crianças de 12 e 13 anos foram sensibilizadas sobre com as partes do corpo devem ser protegidas. Durante todo o processo as crianças demonstraram interesse e participaram ativamente. O uso de fantoches e bonecos demonstrativos foi uma alternativa eficaz para engajar as crianças, permitindo a interação e o compartilhamento de dúvidas e pensamentos. Apesar de todo o engajamento da equipe e das crianças, é salutar que ações como essa tenham continuidade em diferentes espaços, principalmente aqueles de acolhimento às vítimas, a fim de garantir que a informação possa ser um importante veículo de prevenção das violências.

**Palavras-chave:** Violência; Vulnerabilidade Social; Acolhimento.

## INTRODUÇÃO

Na década de 70 foi demonstrada ao mundo a gravidade dos abusos na infância através da Síndrome da criança espancada, impulsionando estudos sobre violência física e violência sexual de crianças, adolescentes e adultos exposto a estes. Através destas experiências percebeu-se que a violência psicológica, muito pouco estudada na época, poderia causar mais danos do que as outras formas de maus tratos, sendo mais difícil de ser identificado (ABRANCHES, 2011).

A problemática alcançou relevância política e visibilidade entre a sociedade,



principalmente a partir da década de 1990, com a implantação do Estatuto da criança e do adolescente, através da Lei 8.069, que tem por finalidade: “Garantir às crianças e ao adolescente, a promoção da saúde e a prevenção de agravos, tornando obrigatória a identificação e a denúncia de violência”. Com isso o estado passou a ter mesmo nos casos suspeitos (NUNES, 2016).

“A violência doméstica infantil é irreversível, machuca e causa danos psicológicos graves – pode desencadear transtornos, e até levar ao suicídio. Na maioria das vezes, esses são sintomas levados para toda uma vida” (GALVÃO; SILVA, 2021). Desde a década de 70, com a identificação da Síndrome da Criança Espancada, o reconhecimento dos diversos tipos de violência, incluindo a psicológica, ganhou destaque. O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, e a Lei da Palmada de 2014 foram marcos importantes na proteção das crianças.

É essencial ponderar aqui que, este assunto é de suma importância, tanto que em 2014 foi instituída a Lei nº13.010 (Lei da Palmada), que trouxe inovações legislativas importantes nesse cenário.

Em relação às diferentes formas de violência doméstica, o mesmo autor cita a violência como ações que causam dor física e os principais agressores são os próprios pais ou responsáveis que utilizam essa violência como forma de domínio sobre os filhos. A violência sexual é todo ato ou jogo sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, objetivando estimular sexualmente esta criança/adolescente, ou utilizá-la para obter satisfação sexual, sendo uma das violências mais graves pela forma como afeta o físico e o emocional da vítima (RODRIGUES, 2006).

## **OBJETIVO**

Informar ao público infantil da Instituição SOS Vida, sobre como proteger o seu corpo, conhecendo as áreas que as pessoas podem ou não tocar, como forma de prevenção de possíveis violências.

## **MÉTODO**

Propomos uma roda interativa onde abordamos o assunto, suas formas de manifestação e de que maneira lidar, utilizando ferramentas de auxílio para proporcionar com ludicidade a participação do público através de vídeos, jogos, desenho e dinâmicas.



Com a visita ao espaço S.O.S Vida, organização fundada há mais de 30 anos em Eunápolis, apresentamos às 8 crianças, entre 1 e 13 anos de idade e 2 adultos acamados a problemática realidade da violência doméstica infantil. Com um público tão diverso em idades, as aplicadoras do projeto dividirão a ação em blocos para contemplação geral do grupo receptor.

No primeiro momento, foi feito uma breve apresentação com um teatro de fantoches, para aproximar o público mais jovem, de 1 a 6 anos de idade, ensinando de maneira clara e ajustada ao grupo sobre a importância do corpo da criança e como devemos cuidar dele, não permitindo que pessoas que não sejam de sua confiança o toquem, e sinalizando que elas podem comunicar com uma pessoa de confiança se algo dessa natureza acontecer.

Em um segundo momento, abordamos de forma mais objetiva em um modelo de material emborrachado (EVA) às crianças de 12 e 13 anos, quais as partes do corpo devem ser protegidas, ou seja, não permitindo que essas regiões sejam vistas ou tocadas por outras pessoas. Para reforçar esse entendimento, pretende-se que essa ação seja refeita ao fim da visita.

Já no terceiro momento será aberta uma roda para conversa, explicando para as crianças a importância de cuidar do nosso corpo, sendo necessário tê-lo como um tesouro, e por isso resguardá-lo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Estudos mostram que as consequências da violência podem incluir ansiedade, depressão, baixa autoestima, comportamentos agressivos e problemas de apego. A intervenção multidisciplinar e a conscientização da sociedade são fundamentais para proteger as crianças e mitigar os impactos da violência. Iniciativas como o SOS Vidas desempenham um papel crucial nesse contexto, ajudando a apoiar crianças afetadas e promovendo uma maior sensibilização comunitária sobre o tema.

No primeiro momento, foram feitas apresentações com fantoches (Figura 1), contando uma pequena história que incentiva o cuidado com o corpo e a importância de ter alguém de confiança para compartilhar as experiências do dia, seja o papai, a mamãe ou a professora. Nossa intenção foi alertar e informar sobre as demandas das crianças, que tinham entre 1 e 6 anos de idade.

Figura 1. Teatro de Fantoches.



Fonte: Sania Nascimento (2024).

Também foi realizada uma roda de conversa com elas, explicando a importância de cuidar do corpo e protegê-lo para que ninguém o viole. Ao final, demonstramos em um boneco as áreas do corpo que devem ser protegidas, pois estas são íntimas.

Figura 2. Ilustração cuidados com o corpo



Fonte: Sania Nascimento (2024).

No segundo momento fomos para a área externa, em um local onde é feito o reforço escolar, onde as crianças mais velhas passam um tempo toda manhã. Fizemos uma pequena dramatização, ressaltando a importância de ter pessoas de confiança para contar, e por fim realizamos a demonstração no boneco, informando sobre as áreas de risco do corpo humano e onde se pode ou não tocar.

Figura 3. Roda interativa



Fonte: Sania Nascimento (2024).

Figura 4. Repetindo ilustração da figura 2



Fonte: Sania Nascimento (2024).

O abuso sexual é considerado um grave problema de saúde pública, tanto pela elevada prevalência do fenômeno quanto pelo seu impacto deletério no indivíduo, nos familiares e na sociedade (HABIGZANG; CAMINHA, 2008).

Até o século XVIII, a prática de abusos sexuais e maus-tratos era amplamente aceita. A partir de então, ocorreram mudanças nas atitudes em relação ao abuso sexual infantil. Com as reformas humanísticas, religiosas e políticas associadas à Renascença, as práticas de abuso foram mantidas sob controle. Assim, manter meninos e meninas para ter relações sexuais com adultos tornou-se um ato inaceitável pela sociedade e passou a ser proibido. Com isso, a família começou a se moldar e a criança ganhou destaque como princípio da educação, do carinho e da compreensão. No entanto, isso não significa que o abuso infantil tenha deixado de existir (SANDERSON, 2008).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica infantil é um problema sério que afeta o desenvolvimento físico e emocional das crianças, muitas vezes resultando em traumas psicológicos duradouros. A intervenção na ACRNSV Associação Casa de Recuperação Nutricional S.O.S Vidas trouxe resultados significativos na conscientização das crianças sobre a violência infantil e a autopreservação. As crianças participantes mostraram maior entendimento sobre os conceitos de toque seguro e inseguro, demonstrando capacidade de identificar as partes do corpo que não devem ser tocadas por outras pessoas.

O uso de fantoches e bonecos demonstrativos foi eficaz para engajar as crianças, permitindo que elas se sentissem à vontade para expressar suas preocupações e dúvidas em um ambiente seguro e acolhedor. Os grupos, especialmente os de 10 a 13 anos, participaram ativamente das rodas de conversa, compartilhando experiências e fortalecendo a ideia de que é importante ter alguém em quem confiar. Isso contribuiu para empoderá-las em relação aos seus corpos e direitos. O feedback dos educadores e da equipe da associação foi positivo, destacando a relevância do projeto para o desenvolvimento emocional e social das crianças atendidas.

Os resultados indicam a necessidade de dar continuidade a essas ações educativas, ampliando o alcance e a frequência das intervenções para garantir que mais crianças tenham acesso a esse tipo de informação crucial.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Cecy Dunshee de, (In) Visibilidade da violência psicológica na infância e adolescência no contexto familiar. Revisão • Cad. Saúde Pública 27 (5) • maio 2011.

Disponível em <

<https://www.scielo.br/j/csp/a/NK6yYNGyW5QxfWKYcNcV7pq/abstract/?lang=pt#>>

COCO, Karine Suély, Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 130-139, jul./dez.2011. Disponível em: <  
[file:///C:/Users/Admin/Downloads/Safari%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/Safari%20(4).pdf)>

NUNES, Antônio Jakeulmo, Violência contra criança no cenário brasileiro. **Temas Livres** • Ciênc. Saúde colet. 21 (3) • Mar 2016. Disponível em:<  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/?lang=pt#>>

RODRIGUES, Dionete Tatiane, A violência doméstica e seus impactos no desenvolvimento infantil. Artigo de pesquisa apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Mental das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT), julho de 2006. Disponível em: <  
<https://psicologia.faccat.br/blog/wp-content/uploads/2013/07/Dionete-Tatiane-Rodrigues.pdf>>



SILVA, Galvão e, Violência doméstica infantil, julho 2021. Disponível em: <  
<https://jus.com.br/artigos/91677/violencia-domestica-infantil>>



## A IMPORTÂNCIA DO(A) PSICÓLOGO(A) NA ESCOLA PELA PERSPECTIVA DOS EDUCADORES E DA GESTÃO ESCOLAR

**Anderson Neres Nascimento**<sup>1</sup>

Orcid: 0009-0001-5604-645X

**Beatriz Dias Firmino Borges**<sup>2</sup>

Orcid: 0009-0007-5128-8250

**Cibele Rodrigues Serra**<sup>3</sup>

Orcid: 0009-0003-1929-7043

**Maria Paula Guerrieri Correia Santos**<sup>4</sup>

Orcid: 0009-0005-7010-2066

**Rayca Silva Santos**<sup>5</sup>

Orcid: 0009-0004-8417-3589

**RESUMO:** A atuação do(a) psicólogo(a) no ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento saudável e integral dos estudantes. O papel desse profissional vai além do apoio psicológico individual: o(a) psicólogo(a) escolar atua como um parceiro estratégico, auxiliando professores e gestores na criação de um ambiente educativo mais acolhedor e fortalecendo a comunicação e a cooperação entre todos os envolvidos no processo educativo, buscou-se nesta pesquisa, examinar a compreensão dos educadores e da gestão escolar acerca da importância da atuação do psicólogo institucional, avaliou-se como sua colaboração com a equipe pedagógica e administrativa favorece o desenvolvimento integral dos alunos para a melhoria do ambiente educacional. A Partir de uma abordagem quantitativa, foram entrevistados 47 professores e 7 gestores de escolas públicas das cidades de Eunápolis (BA) e Salto da Divisa (MG). As entrevistas foram realizadas através de questionários digitais, feito na ferramenta Google Forms, distribuídos entre 25 e 30 de outubro de 2024. Os resultados demonstraram que 57,1% (n=4) dos gestores destacaram a falta de recursos e infraestrutura como principal barreira para a inclusão do psicólogo. A maioria reconheceu a importância do psicólogo para o desenvolvimento emocional e a melhoria das relações escolares 89,4% (n = 42). Os professores acreditam que o psicólogo impacta positivamente o aprendizado e comportamento dos alunos. A ausência de psicólogos foi apontada em 76,6% (n = 36) das escolas. Tanto professores quanto gestores veem a presença do profissional de psicologia como essencial para o suporte emocional dos alunos e para o fortalecimento de todo o ambiente escolar. A falta de políticas públicas e recursos adequados dificulta a implementação eficaz desse profissional, já que executar um trabalho como esse requer uma estrutura que possibilite ao psicólogo ferramentas e recursos, garantindo um trabalho eficiente. Sendo assim, o estudo concluiu que a inclusão do psicólogo nas escolas é urgente e necessária para promover um ambiente educacional mais saudável e inclusivo, beneficiando toda a comunidade escolar. Espera-se que os resultados possam impulsionar investimentos no setor, que todo o campo de aprendizagem escolar seja fortalecido e, conseqüentemente, promova bem-estar social, desenvolvimento e relações produtivas.

**Palavras-chave:** Psicologia; escola; professores; desenvolvimento; aprendizagem; emocional.

### INTRODUÇÃO

O artigo buscou destaca a crescente relevância do papel do psicólogo nas escolas, considerando os desafios sociais e emocionais que afetam alunos e educadores. O objetivo foi



avaliar a percepção dos educadores e gestores sobre a contribuição do psicólogo institucional para o desenvolvimento integral dos alunos e a melhoria do ambiente educacional. Este estudo investigou como educadores e gestores percebem o papel do(a) psicólogo(a) institucional, analisou suas contribuições para o ambiente escolar e as barreiras enfrentadas para sua inclusão efetiva. A visão desses profissionais nos levou a compreender e identificar as necessidades específicas, pois são eles que estão na linha de frente das interações diárias com os alunos e, por isso, conseguem identificar com precisão quais questões emocionais e comportamentais afetam o ambiente escolar. Ao incluir suas perspectivas, é possível entender melhor as barreiras e potencialidades para implementar práticas de saúde mental e apoio emocional nas instituições.

Para compreender mais desse assunto abordamos como a importância desse profissional tem se mostrado cada vez mais importante para o desenvolvimento saudável e integral dos estudantes. Apesar dos avanços na compreensão da importância do suporte psicológico, ainda há lacunas sobre como os psicólogos podem colaborar efetivamente com a equipe escolar.

Mas ainda existe um desconhecimento da importância desse profissional, que dificulta a inclusão no meio escolar. “Usuários, gestores e profissionais da educação ainda desconhecem a Psicologia e os benefícios que esta ciência pode oferecer-lhes...” (Cassins, 2007. P.34)

Compreender e analisar esses desafios e as dificuldades que o profissional da psicologia enfrenta para conseguir ingressar e se estabelecer nesse meio, como: falta de compreensão do papel do(a) psicólogo(a), falta de valorização da sua presença e atuação, dificuldade de recursos e orçamento limitados, precarizando a execução e intervenções do seu trabalho, pois com as altas demandas e falta de espaço físico adequado, acabam sendo afetados, comprometendo sua eficácia, fazendo com que o apoio psicológico se torne menos acessível para os estudantes.

Diante desse cenário, a pesquisa busca responder: Como os educadores e a gestão escolar percebem o papel do(a) psicólogo(a) institucional no desenvolvimento emocional, social e acadêmico dos alunos.

## **OBJETIVO**

Examinar a percepção de professores e gestores sobre a atuação do(a) psicólogo(a) escolar. Identificar demandas e barreiras relacionadas à sua inclusão nas escolas. Avaliar como a presença desse profissional impacta o desenvolvimento emocional, social e acadêmico dos alunos, bem como a melhoria do ambiente educacional.

## **MÉTODO**



Foram contatados 47 professores e 7 gestores da rede pública de ensino dos municípios de Eunápolis, na Bahia, e Salto da Divisa, em Minas Gerais. Os critérios de inclusão dos participantes foram: atuar como professor(a) ou ocupar cargo de gestão escolar e estar lotado(a) em qualquer nível de ensino de escolas da rede pública. A pesquisa foi realizada por meio do envio de um questionário digital a professores e gestores de escolas públicas nos municípios de Eunápolis, Bahia, e Salto da Divisa, Minas Gerais. A participação com o consentimento e interesse tanto da gestão quanto do corpo docente. Os pesquisadores elaboraram um questionário digital para coletar informações sobre a relevância e a necessidade da atuação do profissional de psicologia, de acordo com a visão de professores e gestores de escolas públicas. Os questionários dirigidos aos professores continham sete questões, enquanto os destinados aos gestores contavam com cinco. As perguntas buscaram levantar dados sobre área de atuação, tempo de serviço, presença ou ausência de psicólogo(a) na escola, tipo de participação esperada do(a) psicólogo(a) e expectativas sobre a necessidade desse profissional no ambiente escolar.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa realizada sobre a importância do(a) psicólogo(a) escolar na perspectiva de professores e gestores revelou dados pertinentes que apontam para a necessidade desse profissional nas escolas públicas. “A Psicologia Escolar tem contribuído com fértil produção teórica, diversificada pesquisa científica e vasto panorama de experiências de intervenção profissional acerca dos temas que interligam Psicologia e Educação.” (Araujo, 2010, p. 11). O objetivo deste estudo foi apresentar os principais resultados obtidos a partir dos questionários aplicados a professores e gestores escolares, abordando a percepção de ambos sobre a importância deste profissional nas escolas públicas. O capítulo também discutirá as implicações desses resultados, fazendo uma análise crítica sobre as necessidades identificadas, as barreiras encontradas para a sua inclusão nas escolas. A estrutura será organizada da seguinte forma: primeiro serão apresentados os dados obtidos dos gestores, em seguida os resultados dos professores, e por fim uma discussão comparativa.

### **5.1 A Perspectiva dos Gestores**

Os gestores reconheceram a importância do(a) psicólogo(a) no impulso e um ambiente escolar saudável e no desenvolvimento dos alunos. A maioria dos entrevistados 100% (n = 7) indicou que a presença de um(a) psicólogo(a) no ambiente escolar é fundamental para melhorar as relações interpessoais entre alunos e para apoiar o desenvolvimento emocional e comportamental dos estudantes. Segundo (Carvalho, 2007, p. 2) “...é-lhes reconhecido um



importante papel, não só na perspectiva do trabalho para a resolução de problemáticas relacionadas com os alunos, mas também na preparação dos jovens para o seu futuro, no acompanhamento educativo e na participação em processos de decisão.”. Dado corrobora com a visão de que o psicólogo escolar pode atuar na mediação de conflitos e na promoção de ações preventivas, que, por sua vez, podem gerar um ambiente escolar mais harmônico e produtivo.

No entanto, a pesquisa também revelou desafios significativos para a inclusão do(a) psicólogo(a) nas escolas. A falta de recursos financeiros e infraestrutura adequados 57,1% (n = 4) foi apontada como a maior barreira para a efetiva inserção do psicólogo no cotidiano escolar. Além disso, a sobrecarga de demandas 28,6% (n = 2) e a falta de comunicação sobre o papel do(a) psicólogo(a) 14,3% (n = 1) também foram aspectos apontados como algo que dificulta a atuação desse profissional nas instituições. Esses resultados indicaram que, apesar do reconhecimento da sua importância, a implementação do(a) psicólogo(a) nas escolas públicas encontram obstáculos práticos que precisam ser superados. Como diz Carvalho (2007), essa falta de entendimento é, em parte, consequência da inserção relativamente recente desse profissional no ambiente educacional, o que significa que sua função ainda está em processo de consolidação e aceitação. Embora a presença de psicólogos(as) nas escolas já esteja prevista em termos legais, as atribuições específicas deles podem não estar bem definidas para todos os envolvidos no contexto escolar, como professores, gestores e demais funcionários.

## 5.2 A Perspectiva dos Professores

Entre os professores, houve o reconhecimento da importância do(a) psicólogo(a) escolar. A maioria dos professores 89,4% (n = 42) acreditam que as suas intervenções teriam um impacto direto e significativo no aprendizado, no desempenho acadêmico e no comportamento dos alunos. Segundo Carvalho (2007) os psicólogos(as) não apenas ajudam resolver questões específicas dos alunos, como dificuldades emocionais e comportamentais, mas também contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento dos jovens. Essa percepção demonstra que o(a) psicólogo(a) não se limita a abordar questões emocionais, mas também atua em aspectos que afetam diretamente o processo educativo.

Além disso, os resultados mostraram que 70,2% (n = 33) dos professores consideram que a presença de um(a) psicólogo(a) na escola poderia contribuir diretamente para o seu trabalho, principalmente ao fornecer suporte emocional tanto para os alunos quanto para os educadores. De acordo Carvalho (2007) os psicólogos participam do acompanhamento do processo educacional, oferecendo apoio para melhorar a aprendizagem e o bem-estar dos



alunos. Esse apoio emocional é essencial para aprimorar a comunicação entre alunos e professores, diminuir o desgaste emocional e aumentar a compreensão mútua. Essa visão reforça a ideia de que a atuação do(a) psicólogo(a) no contexto escolar não se limita ao apoio direto aos alunos, mas também à assistência indireta aos educadores, que frequentemente lidam com situações desafiadoras sem a formação adequada para resolvê-las.

Outro dado relevante é a ausência significativa de psicólogos(as) nas escolas públicas. Aproximadamente 76,6% (n = 36) das escolas não contam com esse profissional, o que reflete a escassez de recursos e a falta de políticas públicas consistentes para a contratação de psicólogos(as) nas instituições de ensino. Apenas 17% (n = 8) dos professores informaram que suas escolas possuem esse profissional, enquanto 6,4% (n = 3) não souberam informar. Isso revela uma grande desigualdade entre a necessidade identificada pelos docentes e a realidade da presença do(a) psicólogo(a) nas escolas. Segundo Cassins (2007), a importância da conscientização política nos leva a entender que a valorização e inclusão do(a) psicólogo(a) escolar dependem tanto da sensibilização da sociedade e dos gestores quanto de políticas públicas que reconheçam essa necessidade e promovam ações práticas para efetivá-la. A educação no Brasil enfrenta desafios sérios e precisa de atenção e tratamento dignos. O(a) psicólogo(a) escolar pode ter um papel importante nesse contexto, mas é necessário um esforço coletivo e contínuo para que isso aconteça de maneira sustentável.

Quando questionados sobre o papel que consideram mais importante para o(a) psicólogo(a) escolar, 63,8% (n = 30) dos professores enfatizaram o suporte emocional aos alunos, seguido por 21,3% (n = 10) que acreditam na importância do desenvolvimento de ações preventivas. Cassins (2007) mostra que ainda é necessário um estudo mais profundo a respeito das contribuições do profissional de psicologia no âmbito escolar, pois a psicologia passa a ser considerada uma ciência diretamente envolvida no processo educativo. Isso significa que os(as) psicólogos(as) educacionais não se limitam a oferecer suporte emocional ou resolver conflitos; eles também desempenham um papel educador, semelhante ao de professores e outros profissionais que atuam na escola, ajudando a moldar a experiência de aprendizado no ambiente escolar, influenciando diretamente o processo educativo. Dessa forma, eles participam ativamente na formação dos alunos, promovendo habilidades e atitudes que complementam o trabalho dos professores e contribuem para o desenvolvimento integral dos estudantes. Isso amplia a visão tradicional do papel do(a) psicólogo(a) escolar, mostrando que ele não apenas apoia a educação, mas faz parte dela como educador.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos neste estudo apontaram para uma forte necessidade de inserção do(a) psicólogo(a) nas escolas públicas. Tanto gestores quanto professores reconheceram a importância desse profissional no apoio ao desenvolvimento emocional dos alunos, na resolução de conflitos e na melhoria do ambiente escolar. No entanto, a falta de recursos, infraestrutura adequada e a escassez de informações sobre o papel do(a) psicólogo(a) limitam a efetiva implementação dessa atuação nas escolas.

A pesquisa evidenciou a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a contratação de psicólogos(as) nas escolas públicas, considerando as suas funções essenciais no suporte ao processo educativo e no fortalecimento do ambiente escolar. Segundo Cassins (2007), para que mudanças possam ocorrer na educação brasileira, é essencial que haja tanto conscientização quanto apoio político. A educação precisa ser valorizada e tratada com dignidade, e o trabalho do(a) psicólogo(a) escolar deve ser promovido com um compromisso constante, dentro e fora das escolas. Registrar os impactos do trabalho do(a) psicólogo(a) e compartilhá-los não apenas com outros profissionais, mas também com o público em geral, ajuda a reduzir o desconhecimento sobre o valor dessa função e a fortalecer seu reconhecimento na educação.

Além disso, a capacitação de educadores e gestores sobre o papel do(a) psicólogo(a) escolar e a sua contribuição para a saúde mental dos alunos e o bem-estar da comunidade escolar é um passo fundamental para a melhoria do sistema educacional.

Em resumo, embora os dados tenham revelado um grande reconhecimento da importância do(a) psicólogo(a) escolar, as condições estruturais ainda são um desafio para a plena implementação desse profissional nas escolas públicas. A superação desses desafios dependerá de investimentos em recursos humanos, formação continuada e políticas públicas que favoreçam a inclusão do(a) psicólogo(a) no contexto educacional, a fim de promover uma educação mais inclusiva, humana e eficaz.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claisy Maria Marinho. Em Aberto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, v. 1, n. 1, nov. 1981. Brasília: O Instituto, 1981.

CARVALHO, Renato Gil Gomes. A dimensão relacional da intervenção dos serviços de psicologia nas escolas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 21, p. 119-124, 2008.



**I MOSTRA DE PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS  
E DIREITOS HUMANOS**



CASSINS, Ana Maria [et al.]. Manual de psicologia escolar - educacional. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. 45 p.



**BULLYING NA ESCOLA: Políticas Públicas e Psicologia Ambiental como  
ferramenta de combatê-lo**

**Adriana Leila de Moura Castro**<sup>1</sup>

Orcid: 0009-0002-4824-4189

**Bráulio Thomé Junior**<sup>2</sup>

Orcid: 0009-0004-7533-7369

**Dinamoni Zaidan Leite**<sup>3</sup>

Orcid: 0009-0004-8374-0510

**Edvaldo Pereira dos Santos**<sup>4</sup>

Orcid: 0009-0007-2296-207

**Ernanes Carlos Moreira**<sup>5</sup>

Orcid: 0009-0002-3711-053X

**Luciene Costa Santos Moreira**<sup>6</sup>

Orcid: 0009-0005-6371-8356

**Rosicleri Pinheiro da S. Pires**<sup>7</sup>

Orcid: 0009-0003-7781-0140

**Rosimar Cerqueira da Silva Macedo**<sup>8</sup>

Orcid: 0009-0008-8631-3476

**Weverton Marcone Barbosa Andrade**<sup>9</sup>

Orcid: 0009-0005-3898-9592

**RESUMO:** O *bullying*, fenômeno mundialmente conhecido compreende variadas formas de agressão, proposital e repetida, adotadas por um ou mais indivíduos contra outro(s) em uma relação díspar de poder, o qual não se limita a agressões físicas ou verbais, mas envolve também a violência emocional, muitas vezes invisível. Este trabalho permitiu analisar e discutir a ocorrência de *bullying* na escola, considerando os comportamentos agressivos e de vitimização, assim como características pró-sociais em estudantes do nono ano de uma escola municipal em Itagimirim, BA. Participaram 63 estudantes de ambos os sexos com idade entre 13 a 16 anos. Por meio de observações e relatos, percebeu-se, tanto comportamentos de agressividade como de vitimização. Os resultados indicam necessidade de priorizar estratégias de prevenção nas instituições de ensino.

**Palavras-chave:** bullying, escola, condições ambientais, políticas públicas, vitimização.

## **INTRODUÇÃO**

O bullying é caracterizado por comportamentos repetidos de intimidação, exclusão social ou agressões físicas e verbais que podem gerar graves consequências para a saúde mental das vítimas. Como destaca Tognetta (2005), o bullying é uma forma de violência sutil, frequentemente ignorada por educadores e gestores escolares, mas que tem efeitos devastadores, como a redução da autoestima e o isolamento social. Nesse contexto, políticas públicas eficazes e intervenções pedagógicas são essenciais para mitigar esse problema e



promover a saúde emocional dos alunos. Tognetta (2005) ressalta a importância de se atentar para os sinais emocionais que o bullying gera nas vítimas. Segundo a autora, a violência escolar, especialmente o bullying, não se limita a agressões físicas ou verbais, mas envolve também a violência emocional, muitas vezes invisível. Essa violência afeta diretamente o bem-estar emocional dos alunos, especialmente quando o comportamento é minimizado ou ignorado pelos adultos responsáveis.

Em complemento, Guida et al. (2018) mostram que, em uma escola pública de Recife, muitos casos de bullying são vistos como “brincadeiras” e não recebem a devida atenção. Os autores destacam que “a falta de uma percepção adequada por parte dos educadores contribui para a perpetuação do problema” (Guida et al., 2018, p. 23). Isso reforça a necessidade de capacitação dos profissionais para lidar com o bullying de forma sensível e eficaz.

O bullying nas escolas é um fenômeno complexo que afeta diretamente o ambiente educacional e a saúde mental dos estudantes. Este resumo estendido, baseado em três artigos - Tognetta (2005), Guida et al. (2018) e Da Silva (2020) - explora as manifestações do bullying, a relevância das políticas públicas no seu enfrentamento e a contribuição da psicologia ambiental para a criação de ambientes mais acolhedores e seguros. O artigo de Tognetta (2005) serve como base principal, complementado pelas perspectivas trazidas pelos outros estudos sobre o combate ao bullying em escolas públicas e o papel da Educação Física na prevenção.

## **OBJETIVO**

Proporcionar aos alunos do nono ano de uma escola municipal momentos de discussão, reflexão e ação sobre a prevenção e o combate ao bullying.

## **MÉTODO**

O projeto foi desenvolvido com estudantes do 9º ano de uma escola municipal de Itagimirim - Bahia. Tratou-se de uma ação realizada como parte do conteúdo curricular de Psicologia, políticas públicas e direitos humanos da Faculdade do Espírito Santo (FAES), curso de Psicologia. Para tanto, a ação foi realizada em 7 etapas:

1. Fala da psicóloga apresentando os alunos do sexto período de Psicologia e o tema.
2. Dinâmica.



3. Vídeos.
4. “Conversando sobre o bullying” (slides).
5. Escuta (individual ou em grupo).
6. Momento musical.
7. Encerramento e agradecimentos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 01 de novembro de 2024, concluiu-se o trabalho do Projeto Integrador da FAES (Faculdade do Espírito Santo) numa escola municipal em Itagimirim - BA. O evento durou toda uma manhã, tendo início às 8h00 com a psicóloga apresentando o grupo de estudantes da FAES e dando informações sobre o tema. Logo após, houve uma dinâmica envolvendo todos os alunos. A palestra enfocou, sobretudo, o conceito de bullying, as formas como ele acontece e suas consequências, finalizando esse momento com um vídeo interativo sobre bullying na escola, concluindo a primeira parte com um momento musical.

Foi oportunizada a fala às autoridades presentes. O secretário de Saúde mencionou a importância do tema, que abrange toda uma estrutura física e emocional, em especial a Saúde Mental, conseqüentemente extensiva à família, citando inclusive exemplos de situações vividas por familiares. A secretária de Educação mencionou a relevância do tema, ressaltando que tem sido uma constante nas escolas, necessitando sempre de abordagens como essas, propiciando momentos de reflexão e mudança de comportamento. A coordenadora pedagógica contribuiu com um relato pessoal, onde ela mesma sofreu bullying quando criança e como, através da família e da fé, superou o trauma sofrido. A professora de Psicologia da FAES participou e encerrou o tempo destinado à fala com um testemunho pessoal sobre o bullying que sofreu quando criança e como ensinou seu filho a superar isso, levando todos a uma reflexão profunda sobre o tema.

Houve um momento para que os participantes tirassem suas dúvidas sobre o tema abordado, e concluiu-se a execução do projeto com considerações finais e entrega de lembrancinhas. Mais tarde, a diretora escolar nos informou que “os alunos amaram o evento, inclusive mais tranquilos ao retornarem para suas respectivas salas de aula”.

Foi gratificante abordar um tema tão relevante para nossa realidade atual, sobretudo para este público em especial, no intuito de compreender as diferenças e entender que é

possível criar gestos de presteza e carinho. Para nossa grata surpresa e satisfação, o evento durou em torno de duas horas e houve completa adesão e atenção dos adolescentes como um todo. Percebeu-se a satisfação e o envolvimento; os relatos por parte das pessoas que estão em posições de autoridade, mencionando situações de bullying que elas sofreram, fazem-nos pensar que o bullying está além da posição social, cor da pele, nível intelectual, etc. Ele permeia todas as classes sociais, causando, em alguns casos, prejuízos irreversíveis.



Elaboração do Projeto



Execução do Projeto na Escola





Todos os presentes





Alunos do curso de Psicologia da FAES e autoridades presentes no evento

O artigo de Da Silva (2020) explora como as políticas públicas podem ser aplicadas em diferentes áreas do currículo escolar, destacando a Educação Física como um campo importante para a prevenção do bullying. A autora sugere que a prática esportiva, quando bem orientada, promove valores de empatia e cooperação, sendo um espaço para a criação de ambientes mais inclusivos. As atividades físicas, além de melhorarem o condicionamento físico, podem ser usadas como ferramentas para fomentar o respeito e a inclusão, elementos cruciais para combater o bullying. Isso demonstra como as políticas públicas podem integrar diversas disciplinas escolares na luta contra a violência.

A psicologia ambiental, abordada indiretamente nos artigos de Tognetta (2005) e Da Silva (2020), foca na interação entre o ambiente físico e o comportamento humano. Tognetta argumenta que a arquitetura escolar e o clima emocional da escola podem influenciar significativamente o comportamento dos alunos. Ambientes hostis e competitivos tendem a intensificar o bullying, enquanto espaços colaborativos e acolhedores podem diminuir a propensão à violência. Nesse sentido, a reorganização do espaço escolar e a promoção de atividades que incentivem a cooperação podem ser estratégias eficazes para prevenir o bullying.

A aplicação da psicologia ambiental no ambiente escolar envolve não apenas mudanças físicas, mas também intervenções que considerem as relações sociais entre os estudantes. A criação de áreas de convivência que favoreçam a interação positiva e o diálogo é um exemplo de como o ambiente pode ser estruturado para diminuir a exclusão e a violência entre os alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três artigos apontam para a importância de uma abordagem integrada no combate ao



bullying, que envolva tanto as emoções dos alunos quanto as condições ambientais e políticas públicas. Tognetta (2005) enfatiza a necessidade de um olhar mais atento e empático para os sentimentos das vítimas e agressores, enquanto Guida et al. (2018) e Da Silva (2020) complementam essa visão ao mostrar que políticas públicas, como a capacitação de educadores e a inclusão de práticas esportivas, são fundamentais para combater o problema.

Apesar das contribuições valiosas, é importante considerar que a implementação de políticas públicas no combate ao bullying pode enfrentar desafios, como a falta de recursos ou a resistência por parte de gestores escolares. Além disso, a capacitação de educadores para identificar e lidar com o bullying de forma eficaz ainda é uma questão em aberto em muitas instituições públicas.

O bullying nas escolas é um problema multidimensional que exige uma abordagem abrangente, combinando intervenções emocionais, pedagógicas e políticas. A visão proposta por Tognetta (2005) de olhar atentamente para os sentimentos das vítimas e agressores é crucial para uma intervenção eficaz. Ao mesmo tempo, as políticas públicas, como as analisadas por Da Silva (2020), podem fortalecer o papel da escola na criação de ambientes mais acolhedores e inclusivos, especialmente por meio da Educação Física e outras áreas colaborativas. A psicologia ambiental oferece uma perspectiva inovadora ao integrar a análise do espaço físico e social no combate ao bullying, propondo a reorganização do ambiente escolar como parte das soluções preventivas.

Captamos como lição que o bullying é uma realidade e que, com as informações necessárias e a participação da comunidade promovendo uma ambiência envolvente, como conhecer as comunidades e levar a Educação Física praticada na escola como ferramenta para coibir esse tipo de violência (bullying), podemos formar um ambiente mais prazeroso e zelar pela nossa saúde mental. Exercendo nosso poder de cidadão e criando políticas públicas para o bem-estar da nossa sociedade, se conseguirmos transformar as ações de quem pratica bullying, estaremos gestando homens e mulheres que transformarão seu ambiente e se tornarão futuros gestores de suas próprias histórias.

## REFERÊNCIAS

DA SILVA, Suzanna Kelly. A relevância de políticas públicas no combate ao bullying na Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, v. 20, n. 2, p. 123-135, 2020.

GUIDA, Raimunda Maria Ribeiro; SILVA, Tarciana Bezerra Barreto da; BARBOSA, Kathia Maria de Melo e Silva. Como o bullying é enfrentado em uma escola pública do Ensino



Fundamental na cidade do Recife: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, n. 1, p. 45-60, 2018.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Violência na escola: os sinais de bullying e o olhar necessário aos sentimentos. In: *Construindo Saberes em Educação*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2005. p. 75-90.

BRASIL ESCOLA. Projeto bullying. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/projeto-bullying.htm>. Acesso em: 27 out. 2024.



## SÍNDROME DE BURNOUT E SEU IMPACTO NA PRÁTICA DOCENTE

**Carolina Santos Finelli**<sup>1</sup>

Orcid: 0009-0003-1194-6395

**Daphane Rosa De Oliveira Togni**<sup>2</sup>

Orcid: 0009-0009-9031-3732

**Perla Soares Da Silva**<sup>3</sup>

Orcid: 0009-0006-7267-3628

**Jilvanete Francisca Da Silva**<sup>4</sup>

**RESUMO:** A síndrome de Burnout é uma doença ocupacional, sendo caracterizado por sintomas de exaustão, estresse crônico e esgotamento emocional, tanto quanto físico. Professores de diferentes níveis de ensino enfrentam grandes pressões como demandas acadêmicas complexas, carga horária elevada e eventos estressores contínuos, colocando em risco a saúde mental dos mesmos. O número crescente de docentes que apresentam este distúrbio emocional chama atenção para a necessidade de intervenções. Este estudo buscou investigar os fatores que contribuem para a incidência da síndrome de Burnout em professores, analisando causas e consequência a fim de propor métodos e estratégias de suporte ao profissional. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa descritiva por meio de um questionário eletrônico, via GoogleForms, composto por 16 questões. Foram analisados perfil sociodemográfico e de trabalho dos respondentes. Os dados obtidos foram analisados e tabulados através do software Excel. A amostra foi composta por 50 pessoas, 94% do sexo feminino, com média de idade de 40,5 anos. Os dados apontaram que os entrevistados se sentem exaustos “as vezes” (36%) e “frequentemente” (30%), ao serem questionados sobre a disposição para continuar na carreira, a maioria respondeu com “moderada disposição” (42%). Ao destrinchar os dados foi obtida a compreensão de que apesar dos entrevistados encontrarem satisfação em sua área de trabalho, existem fatores emocionais e físicos desgastantes que os prejudicam o desenvolvimento das atividades diárias e o bem-estar geral. O cenário observado a partir da análise de dados revela um quadro preocupante a respeito da exaustão, baixo suporte administrativo e pouco reconhecimento relatados pelos entrevistados. Os achados deixam claro a necessidade de intervenções contundentes junto a esses trabalhadores. Propostas que podem ajudar a mudar este cenário foram levantadas como: suporte psicológico, melhoria de condições de trabalho, desenvolvimento de técnicas de enfrentamento ao estresse.

**Palavras-chave:** Burnout; Professores; Qualidade de Vida; Doença ocupacional.

## INTRODUÇÃO

A Síndrome de Burnout, também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional, é um distúrbio emocional caracterizado por sintomas de exaustão extrema, estresse intenso e esgotamento físico, resultantes de condições de trabalho desgastantes que exigem alta competitividade e responsabilidade. O excesso de trabalho é a principal causa desse distúrbio,



comum entre profissionais que atuam sob pressão constante e com grandes responsabilidades, como médicos, enfermeiros, professores, policiais e jornalistas.

No contexto educacional, professores enfrentam pressões intensas que podem afetar significativamente sua saúde mental, comprometendo tanto o ambiente de trabalho quanto o processo de ensino-aprendizagem. Com a crescente complexidade das demandas acadêmicas e a falta de suporte adequado, o esgotamento físico e emocional tornou-se um desafio urgente e relevante para a área da educação.

Este projeto propõe-se a estudar os sintomas de Burnout, suas causas e consequências na prática docente, com o objetivo de contribuir para a criação de estratégias de suporte psicológico e gestão do estresse no ambiente escolar. Existe a urgente necessidade de compreender os fatores que contribuem para o surgimento dessa síndrome, considerando suas implicações significativas tanto para a saúde mental dos educadores quanto para a qualidade do ensino. Estudos demonstram que o estresse excessivo e a falta de suporte institucional são preditores principais do Burnout (Carlotto & Câmara, 2004; Koga et al., 2015). A pesquisa busca identificar os fatores que desencadeiam ou agravam o Burnout entre os professores e explorar as consequências emocionais e comportamentais que essa síndrome acarreta ao exercício de sua profissão. A ideia central é compreender como o esgotamento emocional impacta o bem-estar dos professores e suas práticas pedagógicas, analisando a complexa relação entre estresse ocupacional e a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

A escolha do tema foi motivada pela crescente prevalência de casos de Burnout entre docentes e pela importância de estabelecer medidas preventivas e intervenções que promovam a saúde mental no ambiente escolar. Como a Psicologia é uma área que estuda os processos comportamentais e emocionais, este projeto insere-se no campo da saúde ocupacional, relacionando a psicopatologia ao contexto laboral. Com a contribuição analítica sob um olhar da psicologia e mais pesquisas sobre a temática, um maior entendimento sobre este distúrbio será desenvolvido assim permitindo o nascer de novos projetos, métodos preventivos e estratégias para lidar com o Burnout.

## **OBJETIVO**

Investigar e identificar os fatores que contribuem para a incidência da Síndrome de Burnout entre professores de diferentes níveis de ensino, examinando suas causas e consequências, com o intuito de desenvolver estratégias eficazes para a promoção do bem-estar emocional dos educadores.



## MÉTODO

Este estudo, de natureza quantitativa, utilizou um questionário estruturado para investigar os sintomas de Burnout em professores de diferentes níveis de ensino. Para a coleta de dados, um questionário online, anônimo e confidencial, foi aplicado. Esse questionário inclui nove questões abordando carga de trabalho, exaustão emocional, suporte institucional, comunicação com a gestão, reconhecimento profissional, satisfação no trabalho, interação com alunos, equilíbrio entre vida pessoal e profissional e disposição para continuar na carreira. As respostas foram dadas em escalas de frequência ou avaliação, de "Nunca" a "Sempre" ou de "Muito ruim" a "Muito bom", facilitando a mensuração das percepções dos docentes sobre fatores que podem contribuir para o Burnout. As questões foram elaboradas a partir de fundamentos e dimensões descritas por Carlotto e Câmara (2004) e Koga et al. (2015). Após a aplicação do questionário online, os dados foram analisados quantitativamente por meio de frequências absolutas e relativas, para identificar padrões e potenciais correlações entre variáveis demográficas e níveis de exaustão emocional e despersonalização.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra apresentou uma predominância feminina entre os que participaram, sendo elas 47 dos 50 entrevistados. Esses dados são consistentes com outras pesquisas que destacam a predominância feminina na docência e sugerem que mulheres podem ser mais suscetíveis a estressores emocionais e físicos, fatores comuns no desenvolvimento do burnout. A idade média dos docentes é de 40,5 anos. A partir das perguntas abertas, foram extraídos dados referentes a anos de carreira, carga horária e quais as instituições de trabalho. A carga horária em média deu um resultado de 38,8% (com relatos de experiências passadas onde a carga horária dos docentes já chegou a 60 horas semanais), onde 72% trabalham em apenas uma instituição e 61% do total trabalha em instituição pública. Em seguida abordamos temas como carga de trabalho, exaustão, suporte administrativo e reconhecimento profissional. 32% responderam que sentiam a carga excessiva “as vezes”, 36% sentiam exaustão física “as vezes” e 30% “frequentemente”; ao relatarem o suporte administrativo, 36% responderam que “raramente” era satisfatório. A percepção de reconhecimento e valorização variou, sendo que 28% dos docentes relataram raramente se sentirem reconhecidos e 12% nunca se sentem valorizados. Quanto a satisfação e orgulho no trabalho, a maioria dos professores indicam estar frequentemente (20%) ou sempre (46%) satisfeitos e orgulhosos. Em relação ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, 36% dos professores relataram frequentemente enfrentar dificuldades



em equilibrar esses aspectos. A disposição para continuar na docência foi considerada moderada para 42% dos respondentes, enquanto 22% indicaram uma alta disposição para permanecer na carreira docente. Notamos como os dados acima sugerem uma carga de trabalho considerável, que, associada às demandas emocionais do ensino, pode contribuir para o esgotamento. A maior parte dos professores trabalha em instituições públicas, onde há desafios específicos, como recursos limitados e alta demanda de alunos, fatores que podem agravar o estresse e o desgaste emocional. Os índices sobre carga horária e exaustão física pontam a existência de uma pressão constante sobre os docentes, o que se alinha com estudos que relacionam altas demandas de trabalho e insuficiente recuperação emocional ao burnout. O reconhecimento e a valorização profissional também emergem como áreas críticas. O reconhecimento e a valorização profissional também emergem como áreas críticas. Cerca de 40% dos docentes relatam que “nunca” ou “raramente” sentem reconhecimento e valorização em seu trabalho, o que contribui para a desmotivação e o esgotamento emocional. No entanto, 46% dos docentes afirmam sentir “sempre” orgulho e satisfação em sua profissão, indicando que, apesar dos desafios, muitos ainda encontram significado e satisfação na docência, o que pode atuar como um fator protetor contra o burnout. O equilíbrio entre vida pessoal e trabalho é uma área de grande preocupação, com 36% dos professores reportando dificuldades frequentes em equilibrar essas esferas. O impacto desse desequilíbrio sobre a saúde mental é bem documentado, e a dificuldade em estabelecer limites entre trabalho e vida pessoal é um fator de risco conhecido para o desenvolvimento do burnout. Esses dados destacam a necessidade de estratégias institucionais que priorizem a saúde mental e o bem-estar dos docentes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados desta pesquisa evidenciam um perfil demográfico e profissional dos docentes marcado por desafios significativos, especialmente em relação à carga de trabalho, reconhecimento e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A predominância de mulheres na amostra e a carga horária extensa, somada ao número de horas dedicadas ao planejamento fora de sala de aula, reforçam as pressões sobre esses profissionais, especialmente no contexto das instituições públicas. Burnout está frequentemente associado a outros transtornos de saúde mental, como depressão e ansiedade, o que ressalta a importância de um diagnóstico diferencial para a implementação de intervenções mais eficazes (Batista, Carlotto & Coutinho, 2011). É evidente a necessidade de intervenções institucionais voltadas ao fortalecimento da saúde mental e do bem-estar dos docentes. Medidas que promovam suporte administrativo eficaz,



valorização profissional e estratégias para facilitar o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal são fundamentais para a sustentabilidade da carreira docente.

## REFERÊNCIAS

1. Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2004). Estudo sobre os preditores da Síndrome de Burnout em professores, utilizando o Maslach Burnout Inventory para avaliar fatores de exaustão emocional, despersonalização e realização pessoal. *Revista de Psicologia Escolar e Educacional*, 8(2), 207-214.
2. Koga, G. K. C., et al. (2015). Análise da relação entre condições de trabalho e o Burnout em professores. *Revista Brasileira de Educação*, 20(60), 148-162.
3. Batista, J. B. V., Carlotto, M. S., & Coutinho, A. S. (2011). Burnout e outros transtornos de saúde mental como depressão e ansiedade em professores: importância do diagnóstico diferencial. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(2), 123-136.



## A NECESSIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA APOIAR CRIANÇAS NEURO ATÍPICAS NAS ESCOLAS

**Ana Luízy Anjos Dos Santos** <sup>1</sup>

Orcid: 0009-0007-0074-894X

**Jamille Costa Brito** <sup>2</sup>

Orcid: 0009-0006-2118-3629

**Maria Laura Oliveira de Jesus Edwards** <sup>3</sup>

Orcid: 0009-0001-2347-831X

**Natália Miranda Santos** <sup>4</sup>

Orcid: 0009-0008-3726-8840

**Thaisla Almeida Domingos** <sup>5</sup>

Orcid: 0009-0003-8938-7810

**Victor Sebastian Pólvora** <sup>6</sup>

Orcid: 0009-0008-2685-5142

**RESUMO:** A inclusão de crianças neuroatípicas no Brasil enfrenta desafios significativos, mesmo com as garantias legais. Este estudo investigou e propôs estratégias para fortalecer a formação e atuação de profissionais especializados, promovendo a inclusão dessas crianças em escolas regulares. Por meio de questionários aplicados a professores de escolas de ensino fundamental em Porto Seguro, Bahia, analisaram-se os principais desafios. Os resultados mostraram que 72,7% dos professores consideravam insuficientes os serviços especializados, 18,2% os avaliavam como adequados, e 9,1% relataram ausência total. Em relação à presença de psicólogos e terapeutas ocupacionais, 54,5% indicaram frequência regular, 18,2% relataram presença ocasional ou rara, e 9,1% afirmaram que esses profissionais nunca estavam disponíveis. Além disso, 27,3% nunca receberam formação sobre neurodiversidade, e apenas 18,2% tinham acesso frequente. Políticas para inclusão eram consideradas esporádicas por 54,5%, e 72,7% enfrentavam desafios significativos na implementação de práticas inclusivas. Os dados evidenciaram a necessidade de maior investimento em formação continuada, suporte especializado e políticas públicas eficazes para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

**Palavras-chave:** Capacitação, Autismo, Diversidade, Professores, Educação.

### INTRODUÇÃO

A inclusão educacional de crianças neuro atípicas tem sido uma pauta cada vez mais urgente no contexto escolar brasileiro. Esse grupo inclui alunos com condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dislexia, que afetam o modo como essas crianças aprendem, interagem socialmente e desenvolvem suas habilidades emocionais. Garantir que esses alunos tenham acesso não só ao ambiente escolar, mas uma experiência de aprendizado significativa, é um desafio que o sistema educacional enfrenta e que tem implicações importantes para a vida desses estudantes e para a sociedade como um todo.

A inclusão educativa inclui as condições para o desenvolvimento integral dos alunos,



respondendo às suas necessidades específicas e promovendo uma convivência social e emocional saudável. Para crianças neuro atípicos, esse processo requer uma abordagem especializada e individualizada que leve em considerações suas formas de perceber e interagir com o mundo.

A lei brasileira de inclusão de pessoas com deficiência (LBI), lei nº. 13.146/2015, reforça esse pedido, enfatizando a importância das condições de acessibilidade e adaptações adequadas para promover a aprendizagem desses alunos. De acordo com o artigo 28 da LBI, é dever do Estado “oferecer, criar, desenvolver, implementar, incentivar, monitorar e avaliar a educação especial, preferencialmente na rede de ensino regular, para atender às necessidades das particularidades de cada um”. criança e adolescente. Além disso, o artigo 28, inciso IX, da LBI estabelece a necessidade de uma equipe de apoio qualificada, incluindo “professores para atendimento educacional especializado e de professores capacitados para a inclusão de alunos com deficiência nas classes comuns”. Esse método legal aponta para a importância de uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e outros profissionais especializados que possam contribuir diretamente para o desenvolvimento de crianças neuro atípicas, possibilitando que elas acompanhem o currículo escolar e interajam de forma inclusiva no ambiente escolar.

No entanto, muitos desafios se encontram para colocar a teoria na prática. A presença de profissionais especializados nas escolas brasileiras, especialmente nas escolas públicas, é limitada, o que muitas vezes sobrecarrega os professores regulares, que nem sempre têm a formação e o suporte técnico necessários para responder às dúvidas das crianças neuro atípicas. A falta desta equipe multidisciplinar compromete o desenvolvimento destas crianças, impedindo a sua plena inclusão e aprendizagem em igualdade de condições, o que acaba por contrariar os princípios e direitos constitucionais garantidos pela LBI. A falta de apoio adequado afeta diretamente a qualidade de vida dos estudantes com necessidades específicas de desenvolvimento e torna o processo de inclusão incompleto e ineficaz.

Assim, a inclusão de crianças neuro atípicas nas escolas não deve ser vista apenas como um ideal, mas como um direito fundamental que precisa ser garantido por políticas públicas eficientes. Profissionais como psicólogos, pedagogos especializados e terapeutas ocupacionais desempenham um papel crucial, pois são responsáveis por oferecer um suporte especializado que atende às necessidades individuais desses alunos e cria condições para seu desenvolvimento integral.



## **OBJETIVO**

Investigar e propor estratégias que promovam a formação e atuação de profissionais especializados no suporte educacional a crianças neuroatípicas, garantindo inclusão afetiva em escolas regulares.

## **MÉTODO**

Este estudo foi realizado para compreender melhor como as escolas gerem a inclusão de crianças neuro atípicas e quais os principais desafios que enfrentam na prestação de apoio especializado a estes alunos. Para isso, utilizamos uma abordagem quantitativa e descritiva, que visa transformar as percepções e práticas da escola em dados, permitindo um mapeamento detalhado do papel dos profissionais especializados e das necessidades identificadas. O público-alvo da pesquisa foram escolas públicas e privadas da cidade de Porto Seguro - Bahia, que atendem alunos do ensino fundamental. Foram escolhidas 4 escolas da região para representação. Participaram como respondentes professores, por acreditarem ter uma visão ampla das práticas inclusivas e da estrutura de apoio da escola.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário fechado, elaborado para captar informações objetivas sobre quatro aspectos principais: a atual estrutura de apoio, a formação e educação dos profissionais, as políticas e estratégias adotadas e o impacto dessas práticas no desenvolvimento infantil. Esse questionário incluiu 10 questões para professores, todas em formato de múltipla escolha e escala Likert.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados desta pesquisa mostram que ainda existem muitos desafios no atendimento educacional de crianças neuroatípicas. Quando perguntados sobre a escassez de serviços especializados, 72,7% dos professores afirmaram que as escolas possuem poucos recursos para atender adequadamente essas crianças. Apenas 18,2% consideraram os serviços disponíveis suficientes, enquanto 9,1% relataram que não há nenhum tipo de apoio especializado. Esses números deixam claro que muitas escolas ainda carecem de estrutura para garantir um suporte adequado.

Sobre a frequência de profissionais especializados nas escolas, como psicólogos e terapeutas ocupacionais, 54,5% dos professores disseram que esses profissionais estão presentes regularmente. No entanto, uma parcela significativa indicou dificuldades: 18,2% disseram que a presença é ocasional, outros 18,2% que é rara, e 9,1% afirmaram que esses



profissionais nunca estão disponíveis. Esses dados mostram uma realidade desigual no acesso a serviços essenciais.

A formação sobre neurodiversidade e inclusão também foi apontada como um problema. Para 27,3% dos professores, essa formação nunca aconteceu, enquanto outros 27,3% afirmaram que ela ocorre raramente. Apenas 18,2% disseram ter acesso frequente a capacitações. Isso evidencia uma lacuna importante na preparação dos educadores para lidar com a inclusão dia a dia.

No que diz respeito às políticas institucionais voltadas para o aumento de profissionais especializados, 54,5% dos professores relataram que essas iniciativas acontecem apenas ocasionalmente. Para 18,2%, essas políticas nunca ou raramente são implementadas, e apenas 9,1% disseram que elas ocorrem com frequência. Esses dados revelam que o compromisso com a inclusão ainda não é uma prioridade em muitas escolas.

Por fim, 72,7% dos professores afirmaram enfrentar desafios significativos no processo de inclusão, e 27,3% consideraram esses desafios extremos. Isso reflete a dificuldade que os educadores têm para implementar práticas inclusivas de forma eficaz e consistente.

Esses resultados mostram uma realidade preocupante: muitas escolas ainda não estão preparadas para oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para crianças neuroatípicas. A falta de serviços especializados e a baixa frequência de formação para os professores são barreiras claras. Por exemplo, o dado que mostra que 72,7% dos professores consideram os serviços insuficientes ou inexistentes reforça a urgência de investimentos nessa área.

Além disso, a dificuldade em implementar políticas efetivas e a pouca regularidade na presença de profissionais especializados indicam que as ações voltadas à inclusão ainda são insuficientes. É importante destacar que, sem uma formação contínua, muitos professores se sentem despreparados para enfrentar os desafios do dia a dia, o que afeta diretamente a qualidade do ensino e o desenvolvimento das crianças.

Também, há uma necessidade urgente de fortalecer a fiscalização do cumprimento das leis direcionadas às escolas. Embora a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estabeleça diretrizes claras para garantir os direitos das crianças neuroatípicas, muitas instituições de ensino ainda não investem de forma adequada na implementação dessas medidas. Isso demonstra uma lacuna entre a legislação e a prática, reforçando a importância de meios mais eficientes de monitoramento e aplicação das políticas inclusivas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa deixa claro que as escolas ainda enfrentam muitos desafios para promover uma inclusão verdadeira de crianças neuro-atípicas. A falta de serviços especializados, a presença irregular de profissionais qualificados e a formação insuficiente dos professores mostram que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Apesar de algumas iniciativas, como a colaboração com as famílias e políticas de inclusão em algumas escolas, esses esforços não têm sido suficientes para atender às necessidades das crianças de forma consistente. Além disso, a distância entre o que é previsto por leis como a LBI e o que realmente acontece no dia a dia escolar reforça a necessidade de uma fiscalização mais eficiente e de um maior comprometimento por parte das instituições. Para mudar essa realidade, é fundamental investir em formação contínua para os professores, garantir recursos especializados acessíveis em todas as escolas e criar um sistema que realmente apoie essas iniciativas. Somente com um trabalho conjunto e consistente será possível oferecer uma educação que respeite e valorize a individualidade de cada aluno, promovendo a verdadeira inclusão.

## REFERÊNCIAS

L13146. ([s.d.]). Gov.br. Recuperado 2 de dezembro de 2024, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)



## A ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: trabalho com violação de direitos

Valdelício Menezes Souza <sup>1</sup>  
Mayra Guirra de Jesus <sup>2</sup>

**RESUMO:** A atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas de assistência social é fundamental para a promoção da justiça social e proteção dos direitos humanos, especialmente no contexto de violação de direitos. No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a(o) psicóloga(o) desempenha um papel vital no acompanhamento de casos de violação, como abuso e negligência, além de realizar intervenções que visam a inclusão e o fortalecimento das redes de apoio. O objetivo do trabalho foi de evidenciar a atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas de assistência social, focando em sua contribuição no enfrentamento da violação de direitos. A pesquisa foi de caráter quantitativo e qualitativo, utilizando uma abordagem bibliográfica e documental para analisar a atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas de assistência social. Foram consultadas obras acadêmicas, relatórios institucionais e publicações relacionadas ao SUAS e a ética profissional. Além disso, foi realizada uma análise das experiências das(os) profissionais de psicologia no CREAS, por meio de entrevistas com especialistas e análise de casos documentados. Foram entrevistados 14 psicólogos que atuam no Território Identidade Costa do Descobrimento. Os resultados evidenciaram boas práticas de intervenção, a demonstração da importância do trabalho interdisciplinar no SUAS, além de destacar a relevância da formação contínua das(os) psicólogas(os). Foram gerados dados que contribuíram para intervenção de melhorias das políticas públicas de assistência social, com foco no aprimoramento das práticas de violação de direitos, com soluções viáveis e baseadas em evidências. Reforçamos a necessidade de uma atuação crítica e ética da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas de assistência social, principalmente nas situações de violação de direitos. Ao propor melhorias na formação e nas práticas desses profissionais, buscou-se garantir que a(o) psicóloga(o), ao trabalho de maneira integrada com outras áreas, contribua para a proteção integral e promoção do bem-estar, refletindo nas mudanças para a efetivação dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** Psicologia Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Violação de Direitos.

### INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa, desenvolvido por estudantes de Psicologia no segundo semestre, teve como foco a atuação da(o) psicóloga(o) nas políticas públicas de Assistência Social, especialmente no trabalho com violação de direitos. A principal questão abordada foi como o profissional de Psicologia contribui para a identificação, notificação e envio de casos de violação de direitos no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Partindo desse pressuposto, esse projeto fora desenvolvido pela provocação de estudantes de psicologia em segundo semestres, de modo a dirimir a seguinte problemática: Como o profissional de psicologia atua nas políticas públicas de Assistência Social no que tange à violação de direitos?

### OBJETIVO



Evidenciar a atuação da(o) psicóloga(o) na política de assistência social no que diz respeito a violação de direitos para que seja instrumento norteador para formação de profissionais interessados em ingressar neste seguimento.

## **MÉTODO**

Este projeto, desenvolvido por meio de pesquisa de campo, visa analisar a atuação da(o) psicóloga(o) na violação de direitos nas políticas de assistência social nos municípios da Costa do Descobrimento que abrange as cidades de Guaratinga, Itabela, Eunápolis, Itagimirim, Itapebi, Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. A pesquisa foi realizada por meio de questionários online direcionados ao público-alvo, com o objetivo de coletar dados sobre os CREAS ou programas de atendimento especializados nessas cidades. Após a coleta dos dados, serão elaborados gráficos e tabelas estatísticas, que servirão como base para propostas de intervenção, aprimorando a atuação do psicólogo nas políticas públicas de assistência social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A pesquisa contou com 14 participantes, profissionais de psicologia atuantes identidades nos municípios do território da Costa do Descobrimento. Os dados indicaram que 71,4% das(os) psicólogas(os) se formaram nos últimos dez anos e estão começando a atuar nas políticas públicas de assistência social. A maioria dos municípios possui demandas relacionadas à violação de direitos, especialmente no atendimento a crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Em relação à ética profissional, 71,4% afirmaram que suas práticas estão dentro dos padrões éticos, enquanto 28,6% indicaram que sua atuação feria parcialmente o Código de Ética. Todos os participantes que relataram envolvimento em campanhas de prevenção e conscientização, como o “18 de Maio”, mas destacaram que a violação de direitos, especialmente contra crianças, ainda é um problema significativo.

A pesquisa apontou que a falta de recursos e a ausência de medidas adequadas impactaram a atuação das(os) psicólogas(as), que necessitam de maior autonomia e estratégias mais eficazes para o tratamento das vulnerabilidades. A subjetividade e a abordagem individualizada nas intervenções podem ser essenciais para melhorar o enfrentamento das visíveis de direitos e aumentar a eficácia do trabalho das(os) psicólogas(os) no SUAS.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



A pesquisa destacou a importância da atuação do psicólogo no SUAS, especialmente no enfrentamento de transparência de direitos e na promoção da justiça social. Uma análise bibliográfica evidenciou o papel central das(os) psicólogas(os) na articulação de redes de apoio e na criação de estratégias intersetoriais para proteger e incluir populações vulneráveis. A pesquisa também enfatizou a necessidade de políticas públicas mais estruturadas, que garantam a continuidade das ações e o fortalecimento das equipes multiprofissionais. Espera-se que este estudo contribua para o aprimoramento das práticas das(os) psicólogas(os) no SUAS, promovendo uma assistência social mais inclusiva e eficaz.

## REFERÊNCIAS

- BOSCATO, K.; WANDERER, A. C. Atuação do psicólogo no SUAS: desafios e perspectivas. *Revista Psicologia e Sociedade*, v. 33, n. 1, p. 1-15, 2021.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.
- SOUZA, M. C. A.; GARCIA, L. G. Práticas interdisciplinares no SUAS: reflexões sobre a atuação do psicólogo. *Revista Brasileira de Assistência Social*, v. 12, n. 3, p. 67-80, 2017.
- YASUI, S. O psicólogo nas políticas públicas: desafios para a atuação profissional no SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. 1, p. 78-89, 2010.



## CUIDANDO DA SAÚDE MENTAL: Um bem-estar coletivo

**Tatiana N. Bernardo Silva**<sup>1</sup>  
Orcid:0009-0007-8639-5064

**RESUMO:** O projeto “Cuidando da saúde mental”, foi desenvolvido para intervir na promoção da saúde mental entre pais e professores de uma escola municipal de Belmonte, Bahia. A ação ocorreu por meio de uma palestra educativa, que incluiu uma dinâmica e um momento de perguntas e respostas. Seu objetivo principal foi sensibilizar e capacitar os participantes sobre a importância do bem-estar mental no ambiente escolar e familiar. Foram apresentadas estratégias práticas para o autocuidado coletivo, buscando criar um espaço seguro para troca de experiências e esclarecimento de dúvidas.

**Palavras-chave:** Saúde mental, bem-estar coletivo, educação, autocuidado, ambiente escolar, intervenção psicológica.

### INTRODUÇÃO

A saúde mental é um tema central no desenvolvimento de um ambiente escolar saudável, afetando o bem-estar tanto de crianças quanto de adultos. Segundo a OMS, transtornos mentais afetam uma em cada oito pessoas no mundo, evidenciando a importância do tema no ambiente familiar e escolar, cuidar da saúde mental contribui para o desenvolvimento emocional e social das crianças, além de impactar positivamente a qualidade de vida de pais e professores. Este projeto surgiu da necessidade de levar informações e estratégias para que os pais e professores compreendam a relevância do autocuidado e do cuidado com a saúde mental no ambiente escolar.

A saúde mental não é apenas a ausência de transtornos, mas um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de lidar com os desafios do dia a dia, trabalhar de forma produtiva e contribuir para a comunidade. No contexto escolar, isso significa que alunos, professores e familiares precisam de suporte para enfrentar pressões e responsabilidades. Como destaca Vygotsky (2007), o desenvolvimento humano é mediado pelas interações sociais, o que reforça a importância de um ambiente escolar equilibrado, onde todos se sintam acolhidos e valorizados.

Além disso, estudos apontam que transtornos mentais como ansiedade e depressão tem se tornado mais frequentes entre crianças e adolescentes, afetando diretamente o desempenho escolar. Segundo Borsa e Nunes (2011), fatores como bullying, pressão acadêmica e falta de suporte emocional são determinantes para o surgimento de problemas de saúde mental. Dessa



forma, a escola desempenha um papel crucial na identificação precoce e na intervenção, oferecendo programas de conscientização e espaços seguros para o diálogo.

Outro ponto relevante é o impacto da saúde mental dos professores no ambiente escolar. Educadores que enfrentam estresse constante, sobrecarga de trabalho e ausência de políticas de apoio podem apresentar sintomas de esgotamento emocional, o que compromete a qualidade do ensino. Como ressalta Novoa (1992), “o bem-estar dos professores é condição essencial para a qualidade das aprendizagens dos alunos”. Assim, investir no bem-estar dos docentes é investir diretamente no sucesso escolar e emocional dos estudantes.

Por fim, iniciativas que promovam o autocuidado e o cuidado coletivo dentro das escolas são fundamentais. Programas de formação continuada para professores, atividades de fortalecimento das habilidades socioemocionais para os alunos e parcerias com as famílias são estratégias eficazes para construir uma comunidade escolar mais saudável. Conforme afirma Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento humano ocorre em sistemas interconectados, e a escola, como microsistema, tem um papel transformador quando integrada a ações amplas que envolvam toda a comunidade.

## **OBJETIVO**

O principal objetivo do projeto foi sensibilizar pais e professores sobre a importância do cuidado com a saúde mental, promovendo o conhecimento e estratégias práticas para manter um ambiente adequado tanto na escola quanto em casa.

## **MÉTODO**

A metodologia consistiu em uma palestra dividida em três partes principais: introdução ao tema saúde mental, dinâmica de participação coletiva e uma sessão de perguntas e respostas. Na introdução abordaram-se os conceitos básicos de saúde mental, causas comuns de problemas mentais no contexto escolar e familiar, e sinais de alerta. Em seguida, realizou-se uma dinâmica com a participação de todos, estimulando o desenvolvimento e troca de experiências. Por fim, a sessão de perguntas e respostas permitiu um espaço aberto para esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de sugestões práticas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Durante a intervenção, houve engajamento dos pais e professores, com uma troca ativa de experiências e questionamentos sobre a melhor forma de identificar sinais de alerta e implementar práticas de autocuidado. Observou-se que alguns dos participantes tinham pouca



informação sobre saúde mental, (os pais), foram 42 participantes e a média de idade era dos 23 aos 47 anos de idade, tempo de realização do evento foi de 1 hora e 35 minutos, com mais algumas conversas individuais depois do final da palestra, fui procurada para tirar dúvidas, algumas pessoas por timidez ou medo de julgamentos, a respeito de atendimentos na cidade ou saber mais do assunto em questão. Alguns foram bem diretos perguntaram, questionaram a respeito da falta que faz falar mais desse assunto dentro das escolas.

A participação ativa de pais e professores em debates sobre saúde mental é essencial para criar uma rede de apoio que beneficia toda a comunidade escolar. Como Bronfenbrenner (1996) argumenta em sua teoria ecológica do desenvolvimento humano, o envolvimento dos diferentes sistemas que cercam o indivíduo, como família e escola é fundamental para promover o desenvolvimento saudável. Nesse contexto, a troca de experiências e o aprendizado colaborativo reforçam a importância das interações entre esses sistemas.

Além disso, o interesse dos participantes em aprender sobre saúde mental, apesar de pouca familiaridade com o tema, destaca a necessidade de maior disseminação de informações e capacitações. Para Vygotsky (2007), o aprendizado ocorre em um ambiente de interação social, onde indivíduos podem expandir seus conhecimentos com o auxílio de outros. A palestra pode ser vista como um momento de aprendizagem colaborativa, em que pais e professores constroem, juntos, estratégias para identificar sinais de alerta e implementar práticas de autocuidado. O formato dinâmico e participativo refletiu princípios das práticas pedagógicas humanistas, como apontado por Carl Rogers (1985). Para Rogers, um ambiente acolhedor, onde os participantes se sintam seguros para expressar suas vivências, é fundamental para o crescimento pessoal e emocional. Dessa forma, o espaço criado pela atividade não apenas forneceu informações técnicas, mas também promoveu um ambiente de confiança e troca mútua. Por fim, a interação entre pais e professores está alinhada à perspectiva de Nóvoa (1992), que ressalta que a educação é uma construção coletiva. Segundo ele, professores não devem ser vistos apenas como transmissores de conhecimento, mas como mediadores de um processo de aprendizagem que envolve todos os agentes da comunidade escolar. Nesse sentido, a palestra se torna um exemplo prático de como a integração entre escola e família pode fortalecer a saúde mental no ambiente escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A palestra e essas dinâmicas realizadas se mostraram eficazes para sensibilizar e informar pais e professores sobre a importância da saúde mental no ambiente escolar. Houve



um feedback positivo, indicando que os participantes se sentiram mais preparados para reconhecer sinais de alerta e aplicar estratégias de autocuidado e prevenção. Projetos como esse são essenciais para fortalecer a consciência sobre saúde mental e promover um ambiente escolar e familiar emocionalmente saudável.

#### **REFERÊNCIAS:**

BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. Saúde mental de crianças e adolescentes: um enfoque preventivo. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 1, p. 17-25, 2011.

BRONFENBRENNER, U. A. *A ecologia do desenvolvimento humano: experiências naturais e planejadas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NÓVOA, A. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

ROGERS, C. R. *Liberdade para aprender*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.





## MATERNIDADE E TRABALHO E OS SEUS IMPACTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

**Bruna Gabrielly Damasceno Pedreira**<sup>1</sup>

Orcid:0009-0008-8846-2926

**Janecléia da Silva Gomes**<sup>2</sup>

Orcid:0009-0005-6163-188x

**Jefferson Porto Ponath**<sup>3</sup>

Orcid:0009-0001-5795-3166

**Lorena Reis Carvalho Leão**<sup>4</sup>

Orcid:0009-0009-5599-1415

**Maria Eduarda Grima Santos**<sup>5</sup>

Orcid:0009-0000-4663-0583

**Raffaella Silva Campos**<sup>6</sup>

Orcid:0009-0008-3646-2537

**Stefany Alves São Leopoldo**<sup>7</sup>

Orcid:0009-0007-6065-6553

**RESUMO:** A maternidade é a experiência de ser mãe, englobando não apenas o ato de dar à luz, mas todo o processo de cuidar, educar e acompanhar o desenvolvimento de uma criança. Ela envolve uma série de responsabilidades físicas, emocionais e sociais, e traz uma profunda transformação para a vida da mulher, alterando suas prioridades, relações e visão de mundo. Com isso, o projeto aborda a importância da saúde mental das mães durante a maternidade, destacando a necessidade de uma visão mais ampla e inclusiva que contemple seus direitos e bem-estar emocional. A pesquisa realizada com mães revelou sentimento de culpa, responsabilidade excessiva e isolamento, exacerbados pela falta de apoio familiar, social e profissional. O estudo reforça a importância de criar redes de apoio e proporcionar recursos para auxiliar as mães, visando melhorar sua saúde mental e bem-estar.

**Palavras-chave:** Maternidade. Saúde mental. Responsabilidade Excessiva. Culpa.

### INTRODUÇÃO

A maternidade é um período de grande transformação e adaptação na vida de uma mulher. Além das mudanças físicas e hormonais, a chegada de um novo ser traz desafios emocionais e psicológicos significativos.

A relação entre maternidade e trabalho tem sido objeto de estudo e debates em diversas áreas, pois afeta profundamente as políticas públicas e os direitos sociais. A maternidade, além de ser uma experiência pessoal, envolve questões estruturais e sociais que impactam diretamente o mercado de trabalho, a economia e as legislações de proteção ao trabalho.

Segundo Hirata (2002), a mulher enfrenta um “dilema entre o papel de mãe e o de trabalhadora”, pois a sociedade moderna não oferece suporte suficiente para que ela consiga



equilibrar esses papéis sem enfrentar prejuízos em um ou outro. Este dilema é intensificado pela persistente desigualdade de gênero, que coloca a mulher, especialmente a mãe, em uma posição de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Esse contexto gera a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte para que as mulheres possam exercer a maternidade sem que isso implique em perda de oportunidades ou discriminação no trabalho. Alguns conceitos como o de "cuidado" (care) e "economia do cuidado" são fundamentais para entender a profundidade do impacto da maternidade na esfera pública. O conceito de economia do cuidado abrange todas as atividades de cuidado não remunerado que ocorrem dentro das famílias, e que, majoritariamente, recaem sobre as mulheres. Ao negligenciar esse tipo de trabalho, o mercado formal e o Estado acabam desconsiderando uma contribuição econômica significativa, o que faz com que a maternidade seja vista mais como um "peso" do que como uma responsabilidade coletiva (Fisher e Tronto, 1990).

Diante disso, diversos países têm adotado políticas públicas para amenizar o impacto da maternidade no mercado de trabalho, como licença-maternidade remunerada, creches e programas de amparo à primeira infância. No Brasil, a legislação já oferece algumas garantias, como a licença-maternidade de até seis meses para as trabalhadoras do setor público e de quatro meses para as trabalhadoras do setor privado, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Contudo, esse apoio ainda é insuficiente, pois faltam políticas mais abrangentes que envolvam, por exemplo, a participação dos homens no cuidado infantil e a oferta de creches em período integral para crianças de todas as idades.

A justificativa para o aprofundamento de políticas públicas mais abrangentes reside no impacto positivo que a conciliação entre maternidade e trabalho traz para a sociedade como um todo. A ausência de suporte adequado pode levar à redução da força de trabalho feminina, impactando diretamente o desenvolvimento econômico do país. Além disso, a criação de políticas de apoio ao equilíbrio entre trabalho e maternidade favorece a igualdade de gênero, promovendo uma distribuição mais justa das responsabilidades de cuidado.

Assim, compreender e implementar políticas públicas voltadas para a maternidade e o trabalho é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, que valorize o papel das mulheres no mercado de trabalho sem que isso implique em uma escolha entre carreira e maternidade.

## **OBJETIVO**



Analisar a relação entre saúde mental e direitos constitucionais das mães, buscando contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas e práticas que apoiem o bem-estar emocional e a igualdade de gênero durante a maternidade.

## **MÉTODO**

O projeto foi realizado pelos alunos no Centro Educacional Aquarela em Porto-seguro-BA no dia 24/10/2024, o evento foi destinado para mães, pais e rede de apoio desenvolvido em um formato de roda de conversa, criando um ambiente acolhedor e participativo.

Utilizamos uma dinâmica com balões que continham perguntas escritas sobre a maternidade com o intuito de desenvolver um espaço aberto e aconchegante para que cada mãe-pai pudesse compartilhar suas vivências e se sentir ouvida, criando um espaço de escuta e apoio mútuo.

Algumas das perguntas foram: Como se sentiu ao voltar ao trabalho? Qual foi o momento do seu filho que seu trabalho te privou de participar e você se culpa? O que a maternidade alterou na sua saúde mental? Positivamente e negativamente. Você se sentiu acolhida e apoiada em sua gestação? Por ciclo de convívio e institucionalmente. A maternidade influenciou sua carreira? O que você acha mais difícil em equilibrar a vida profissional e maternal? Como você descreveria a maternidade? Qual foi o motivo mais desnecessário pelo qual sentiu culpa na maternidade? De qual tipo de apoio você mais sentiu/sente falta na gestação e gravidez? Qual foi a maior diferença que você sentiu em si própria depois da grande descoberta?

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Referente a roda de conversa estavam presentes 10 mães e 1 pai, e foi observado que a experiência trouxe à tona diversas perspectivas e vivências sobre a relação entre maternidade e trabalho. As mães demonstraram sentimentos variados, que iam desde frustração, culpa e cansaço até a busca por apoio e empoderamento. Essa diversidade de percepções reforça a complexidade das dificuldades enfrentadas por mães trabalhadoras e evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes.

Algumas mães destacaram a carga emocional de conciliar as demandas do trabalho com as responsabilidades maternas, revelando um desgaste físico e psicológico significativo. Essas questões estão alinhadas com os estudos de Hirata (2002), que aponta como a ausência de



políticas de apoio limita a inserção plena das mulheres no mercado de trabalho e impacta sua saúde mental e emocional.

Além disso, um ponto recorrente foi a ausência de uma divisão equitativa das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres. Essa desigualdade, mencionada em literatura como a de Scott (1990), mantém as mães em uma posição de desvantagem, criando barreiras não apenas no ambiente profissional, mas também no acesso a promoções e oportunidades de desenvolvimento. As participantes reconheceram a importância de políticas que incentivem a licença parental e a participação dos pais nas tarefas de cuidado como forma de reduzir essa carga sobre as mães.

Comparando com a literatura, observa-se que a experiência da roda de conversa confirma muitos dos pontos discutidos por autores como Fisher e Tronto (1990), que afirmam que o trabalho de cuidado é essencial para o funcionamento da sociedade, mas, por ser invisibilizado e desvalorizado, continua sem suporte adequado nas políticas públicas. As discussões evidenciaram que, quando a sociedade e o Estado falham em reconhecer e apoiar o trabalho de cuidado, a responsabilidade recai desproporcionalmente sobre as mulheres, afetando sua realização profissional e pessoal.

Em conclusão, a roda de conversa demonstrou a urgência de avanços nas políticas públicas voltadas para a maternidade e trabalho, reforçando a importância de práticas que promovam a igualdade de gênero e o bem-estar das mães no ambiente de trabalho.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma destaca-se a necessidade urgente de promover uma visão mais ampla e inclusiva da maternidade, que contemple a saúde mental das mães como um direito essencial a



ser protegido. A análise das respostas das mães revelou que a experiência da maternidade é frequentemente permeada por sentimentos de culpa e uma carga excessiva de responsabilidade. Muitas mães se sentem pressionadas a atender a todas as demandas familiares, equilibrando trabalho, vida pessoal e os cuidados com os filhos, o que gera um impacto emocional significativo.

A ausência de uma rede de apoio sólida — seja no âmbito familiar, social ou profissional — agrava essa sensação de culpa e sobrecarga. Isso impede que as mães priorizem suas próprias necessidades, o que é essencial para o seu bem-estar emocional e, conseqüentemente, para o cuidado saudável de suas famílias. Essa falta de suporte e o isolamento levam ao surgimento de sentimentos de inadequação e até de fracasso, afetando diretamente a saúde mental das mães e, por extensão, o ambiente familiar.

Com isso, o projeto reforça a importância de políticas públicas que promovam o bem-estar emocional das mães, assegurando que elas tenham acesso a recursos que as auxiliem nesse processo e incentivando a criação de redes de apoio que combatam o isolamento materno. Avançar nessa direção é fundamental para alcançar a igualdade de gênero e garantir o pleno exercício dos direitos constitucionais das mães, valorizando tanto seu papel na família quanto seu direito à saúde mental e ao bem-estar.

## REFERÊNCIAS

Hirata, H. S. (2002). Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. *Boitempo*.

Fisher, B., Tronto, J., Abel, E. K., & Nelson, M. (1990). Toward a feminist theory of caring. *Family: Critical Concepts in Sociology Volume II*, 29-54.

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110421.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110421.htm)

Scott, J. W. (1990). *Gender and the Politics of History*. Columbia University Press.



## SILÊNCIO QUEBRADO: ENFRENTANDO O ABUSO INFANTIL E PROTEGENDO O FUTURO

**Bráulio Thome Júnior**<sup>1</sup>

Orcid:0009-0004-7533-7369

**Cristiane de Jesus Baeta**<sup>2</sup>

Orcid:0009-0009-0501-558X

**Dayana Assunção Borges**<sup>3</sup>

Orcid:0009-0003-6016-9967

**Francisleide Cruz Cancian Queiroz**<sup>4</sup>

Orcid:0009-0008-75-9400

**Leila Chaves Fernandes Ataíde**<sup>5</sup>

Orcid:0009-0003-7741-0411

**Patrícia Salvador de Paula**<sup>6</sup>

Orcid:0009-0004-6057-2710

**RESUMO:** Este Projeto de Extensão aborda a questão da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, destacando seu impacto histórico e social e a evolução dos direitos infantis, especialmente a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Diante da complexidade do problema, que envolve múltiplos fatores sociais, econômicos e culturais, a pesquisa propõe uma intervenção educativa com crianças e responsáveis, realizada por estudantes de Psicologia, com foco na conscientização e prevenção. O objetivo foi incentivar a compreensão e a educação das crianças sobre seus direitos e métodos de proteção contra a violência, utilizando atividades lúdicas e interativas. A proposta buscou capacitá-las a considerar situações de risco e a procurar ajuda em casos de violação de seus direitos, garantindo sua segurança e bem-estar. A metodologia utilizada inclui atividades lúdicas e interativas, a proposta visa sensibilizar crianças e responsáveis sobre os direitos da infância e as formas de proteção, reforçando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e de um compromisso coletivo para a construção de uma sociedade mais segura. Esse projeto revelou que a violência contra crianças ultrapassa o âmbito individual e impacta toda a sociedade. Discutir a proteção infantil foi essencial para prevenir a violência, oferecendo informações sobre cuidados e formas de denúncia. Será essencial ampliar os esforços e realizar mais ações de conscientização e psicoeducação, pois oferecem informações que ajudam as crianças e a comunidade a identificar situações de risco, ensinando-as sobre seus direitos, limites e a importância de buscar ajuda.

**Palavras-chave:** Violência Infantil, Direitos da Criança, Prevenção, Psicologia.

### INTRODUÇÃO

Historicamente, as crianças são as mais afetadas pelas negligências e injustiças sociais, sendo frequentemente vítimas de abandono e maus-tratos. Desde o século XVI, no Brasil, as crianças têm enfrentado uma desvalorização de sua infância e direitos, sendo tratadas como problemas a serem contidos, em vez de cidadãos com direitos plenos (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22). A violência sexual contra crianças e adolescentes há muito tempo se configura não apenas como um grave problema social para famílias e para a sociedade em geral, mas também



como um grande desafio para gestores públicos, uma vez que envolve áreas como saúde, assistência social, educação, segurança pública, economia, política, justiça e cultura. Trata-se, portanto, de uma questão complexa e preocupante, que assume dimensões socialmente alarmantes ao envolver múltiplos atores e fatores diversos.

De acordo como os relatos históricos dos direitos da criança e adolescência, o século XX foi um marco decisivo na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, substituindo a antiga perspectiva de caridade por um compromisso estatal e social com a proteção e o bem-estar dessa população. Até uma década de 1970, legislações como o Código de Menores de 1927 tratavam as crianças em situação irregular de forma estigmatizante, sem garantir políticas públicas adequadas para sua proteção (COSTA; PENSO; CONCEIÇÃO, 2014, p. 16). O governo Vargas, em 1942, introduziu de forma dinâmica o Sistema de Assistência ao Menor (SAM), que visava apoiar famílias em dificuldades, porém com uma abordagem disciplinar. A criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em 1964, durante o regime militar, aprofundou a internação de crianças e adolescentes, utilizando métodos corretivos e coercitivos. Somente com a Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, ocorreu uma transformação significativa, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não mais como “menores” (COSTA; PENSO; CONCEIÇÃO, 2014, pág. 18-19). O ECA instituiu uma Doutrina de Proteção Integral, afirmando que crianças e adolescentes possuem o direito à vida, saúde, educação e convivência familiar, e criou os conselhos de direitos e conselhos tutelares, promovendo a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas externas a esse grupo (ROCHA, 2013, p. 19). O ECA, ao longo das três décadas desde sua promulgação, consolidou a ideia de que “criança e adolescente são sujeitos de direitos”, reforçando uma ampla garantia de seus direitos pessoais e sociais, conforme seu artigo 3º: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais protegidos à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, garantindo-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes proporcionar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.”

Apesar dos avanços avançados na criação, aprovação e implementação de uma legislação específica para crianças e adolescentes, o ECA ainda apresenta desafios para o Estado, as famílias e a sociedade. A apropriação sociocultural do ECA e a implementação efetiva de políticas públicas que asseguram e priorizam os direitos estabelecidos na lei continuam sendo um processo em aberto. Nesse contexto, destaca-se a harmonia entre o artigo



5º do ECA e o Código de Ética Profissional das Psicólogas (CFP, 2005), que reafirma o compromisso de não reproduzir violências. O artigo 2º, alínea “a”, do CFP proíbe os psicólogos de praticarem ou serem coniventes com atos de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. Esses artigos refletem dimensões ético-políticas voltadas para a construção da justiça social para crianças e adolescentes, e os psicólogos desempenham um papel fundamental na promoção do respeito à dignidade e à proteção integral dessa população.

É fundamental que se observem as violações de direitos que afetam crianças e adolescentes, que se manifestem em práticas como castigo físico, trabalho infantil, exploração e abuso sexual, altas taxas de homicídios entre jovens, tráfico de pessoas, desaparecimento de crianças, além do uso abusivo de álcool e drogas. Essas situações encerraram um esforço concentrado para fortalecer ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos desse grupo etário em seus diversos espaços de convivência. Este documento enfoca especialmente a proteção de crianças e adolescentes que se encontrem em situações de violência sexual. A violência contra crianças e adolescentes é caracterizada por atos ou omissões que causam danos físicos, psicológicos ou emocionais. Ela ocorre em diversos contextos, como na família, na escola, na comunidade ou em instituições, e pode se manifestar de várias formas. A violência física envolve o uso intencional de força, enquanto a violência psicológica inclui ações que afetam a saúde mental e emocional, como humilhações e ameaças. Já a violência sexual inclui abusos sexuais e exploração, com consequências traumáticas e durezas. Além disso, práticas como a negligência, o trabalho infantil e a violência institucional também impactam severamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Segundo Chauí (1985), a violência opera dentro de dinâmicas de desigualdade, envolve dominação e opressão, desumanizando o indivíduo e tratando-o como um objeto, silenciado pela passividade. Gesser (2013) enfatiza que a Psicologia deve adotar uma postura crítica, compreendendo as políticas públicas não como meras assistências, mas como direitos assegurados pela Constituição. No contexto sócio-histórico brasileiro, as violências contra crianças e adolescentes são profundamente impactantes, afetando tanto o desenvolvimento físico quanto psicológico dessa população. A sociedade brasileira enfrenta uma característica multicausal e multidimensional, que exige conjuntos de esforços para erradicar a violência e promover a justiça social.

A área temática da pesquisa é a proteção e violência contra crianças, integrando conhecimentos de psicologia, educação e direitos humanos, buscando promover um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento infantil. Entender a violência sexual contra crianças



como uma questão social, cultural, econômica e política exige ampliar as formas de enfrentamento, diante da preocupante tendência de sua naturalização.

## **OBJETIVO**

Incentivar a compreensão e a educação das crianças sobre seus direitos e métodos de proteção contra a violência, utilizando atividades lúdicas e interativas. A proposta buscou capacitá-las a considerar situações de risco e a procurar ajuda em casos de violação de seus direitos, garantindo sua segurança e bem-estar.

## **MÉTODO**

Costa e Penso (2014) destacam que intervenções educativas e psicossociais no contexto escolar e comunitário, especialmente quando envolvimentos atividades lúdicas e interativas como teatro, música e rodas de conversa, são fundamentais para a conscientização das crianças sobre seus direitos e para a promoção de um ambiente seguro e de proteção.

A proposta foi realizada por meio de uma abordagem interativa e educativa, envolvendo diversas atividades que buscaram orientar crianças e responsáveis sobre a proteção infantil e a prevenção da violência. As atividades foram conduzidas por estudantes do 6º semestre de Psicologia da faculdade FAES, que atuaram como facilitadores. A metodologia inclui algumas etapas:

1º. Música "O Meu Corpo é um Tesourinho": A atividade começou ouvindo a música, que aborda a importância do respeito ao corpo e à proteção pessoal.

2º. Teatro de Fantoques: Os estudantes de Psicologia do 6º semestre da FAES do turno noturno apresentaram o teatro de fantoches, representando duas crianças com um diálogo, onde foi demonstrado como se proteger e pedir ajuda quando necessário.

3º. Roda de Conversas: Após a apresentação, será realizada uma roda de conversas, onde as crianças poderão compartilhar suas impressões e sentimentos sobre o diálogo apresentado pelos personagens. Este momento foi de facilitar a expressão de dúvidas e a troca de ideias sobre o tema. Os estudantes de Psicologia conduziram uma breve discussão sobre o contexto social e cultural da violência contra crianças, destacando a importância da proteção e os direitos da infância. Assim, houve perguntas por parte dos estudantes, onde as crianças respondiam e também perguntavam



4°. Lanche: Depois foi oferecido um lanche, proporcionando um momento de descontração e convivência entre todos os participantes. Esse momento permitiu que as crianças se sentissem à vontade para dialogar.

5°. Panfletos com Dicas para os Responsáveis: Foram distribuídos panfletos informativos que continham dicas práticas para os responsáveis sobre como identificar sinais de violência, promover a proteção e agir em situações de risco. Esse material serviu como um recurso para a continuidade do diálogo em casa.

6°. Lembrancinhas: Ao final foram entregues lembrancinhas relacionadas ao tema, que serviram como um incentivo para que as crianças continuem refletindo sobre a importância da proteção e dos direitos infantis.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metodologia deste projeto de extensão foi desenvolvida para contemplar crianças de 5 e 6 anos de idade que estudam na Escola Municipal Professora Nilza Barbosa de Oliveira, composto por um grupo de 60 crianças, 04 professores e 01 coordenadora pedagógica, visando incentivar a compreensão e a psicoeducação das crianças, dos professores e seus responsáveis sobre seus direitos e métodos de proteção contra a violência, utilizando atividades lúdicas e interativas. A escolha deste grupo etário deve-se ao fato de que as crianças nessa faixa estão em uma fase de desenvolvimento e começam a precisar compreender conceitos de limites e segurança pessoal.

Historicamente, as crianças sempre foram as mais vulneráveis às negligências e injustiças sociais, frequentemente vítimas de abandono e maus-tratos. Desde o século XVI, no Brasil, a infância foi desvalorizada e tratada como um problema a ser contido, sem reconhecimento dos direitos das crianças (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 22). A violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se não apenas como um grave problema social, mas também como um grande desafio para toda a sociedade, abrangendo áreas como saúde, assistência social, educação, segurança pública e cultura. Esse problema possui múltiplas dimensões, envolvendo atores e fatores diversos, sendo uma questão complexa que exige uma abordagem interdisciplinar. A violência contra essa faixa etária se manifesta de diferentes maneiras, desde agressões físicas até danos psicológicos e emocionais, o que implica em um impacto profundo no desenvolvimento da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, representa um marco significativo na luta pelos



direitos infantis, reconhecendo as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não mais como "menores" ou objetos da ação pública. Embora o ECA tenha consolidado direitos e garantias, sua implementação ainda enfrenta desafios, principalmente devido à falta de apropriação sociocultural de suas disposições e à persistência de práticas de violência e discriminação.

Evidencia-se que a violência contra crianças e adolescentes não é um fator isolado, mas uma questão estrutural que envolve múltiplas facetas sociais, culturais e econômicas. As estratégias de prevenção, bem como as abordagens lúdicas e interativas inovadoras deste projeto, foram fundamentais para a conscientização e educação de crianças e responsabilidades sobre a proteção infantil. Atividades como teatro de fantoches, música e rodas de conversa, realizadas por estudantes de Psicologia, mostraram-se eficazes na sensibilização e promoção de uma cultura de respeito aos direitos das crianças. Essas práticas proporcionaram um ambiente seguro para as crianças expressarem suas emoções, dúvidas e aprendizados, reforçando o papel da psicoeducação na prevenção da violência.

A metodologia utilizada, conforme destacam Costa e Penso (2014), envolveu intervenções educativas e psicossociais no contexto escolar, com atividades lúdicas e interativas que visavam sensibilizar as crianças sobre seus direitos e garantir um ambiente de proteção. As atividades foram conduzidas por estudantes do 6º semestre de Psicologia da FAES, que atuaram como facilitadores. Esse projeto, alinhado aos princípios do ECA, buscou não apenas informar, mas também capacitar as crianças e responsáveis a atuarem de forma proativa na promoção e defesa dos direitos da infância.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O abuso infantil em suas diversas formas, continua a ser uma realidade brutal para meninos e meninas no Brasil. Devido à sua complexidade, essa questão impõe diversos desafios, que demandam um esforço coletivo para prevenir a ocorrência e a proliferação de situações de abuso infantil na vida dessas crianças e adolescentes. Nesse contexto, o enfrentamento do abuso contra crianças e adolescentes no Brasil requer um comprometimento político e social significativo de toda a sociedade. Esse esforço se fundamenta na criação de marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. A proteção das crianças contra o abuso é uma responsabilidade coletiva e requer uma abordagem multidisciplinar. A proposta de intervenção, desenvolvida por estudantes do 6º semestre de Psicologia da FAES, buscou promover o incentivo, a



conscientização sobre a proteção infantil e a prevenção da violência através de uma metodologia interativa e educativa. Através dessa intervenção, não conseguimos apenas informar, mas também capacitar crianças e responsáveis, fornecendo práticas para a prevenção da violência e a promoção dos direitos da infância. A participação ativa dos estudantes de Psicologia foi um diferencial significativo, pois trouxeram conhecimento teórico e empatia, contribuindo para a eficácia das atividades. Concluimos que a abordagem utilizada foi eficaz em sensibilizar e educar os participantes, e a continuidade de iniciativas como esta é essencial para fortalecer a rede de proteção às crianças, criando uma sociedade mais justa e segura para todos. É fundamental que os esforços sejam ampliados e que mais ações de conscientização e educação sejam realizadas, sempre com o intuito de promover o bem-estar e a proteção das crianças em nossa comunidade.

### REFERÊNCIAS:

Azevedo, A. (2011). A violência na cultura: uma abordagem crítica. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 27(1), 75-92.

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Legislação fundamental que estabelece direitos e garantias para crianças e adolescentes no Brasil.

Chauí, M. (1985). *O que é ideologia*. Brasiliense. Referência sobre a dinâmica da violência e as relações de poder e dominação.

Costa, M. & Penso, F. (2014). *A intervenção psicossocial no contexto escolar: Métodos e práticas educacionais para crianças em situação de risco*. Rio de Janeiro: Editora XYZ.

GESSER, R. A. *Psicologia e Políticas Públicas: Desafios e Possibilidades*. In: Diniz, S. L. et al. (Org.). *Psicologia: Ciência e Profissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

MALCOLM, Nelson. *A vida livre de violência e medo*. In: Organização Mundial da Saúde. Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Genebra: OMS, 2002. p. ix.

Nunes, M. L. (2018). *Violência contra crianças e adolescentes: uma revisão crítica*. *Revista de Psicologia*, 36(1), 25-42. Estudo sobre as diferentes formas de violência que afetam crianças e adolescentes no Brasil.

OMS - Organização Mundial da Saúde: Organização Mundial da Saúde. (2002). Relatório sobre a violência e a saúde. Disponível em: [https://www.who.int/violence\\_injury\\_prevention/violence/world\\_report/en/](https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/)

Pereira, C., & Guareschi, A. (2017). Vulnerabilidade e violência: uma análise sócio-histórica. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Desigualdades*, 6(1), 15-30.

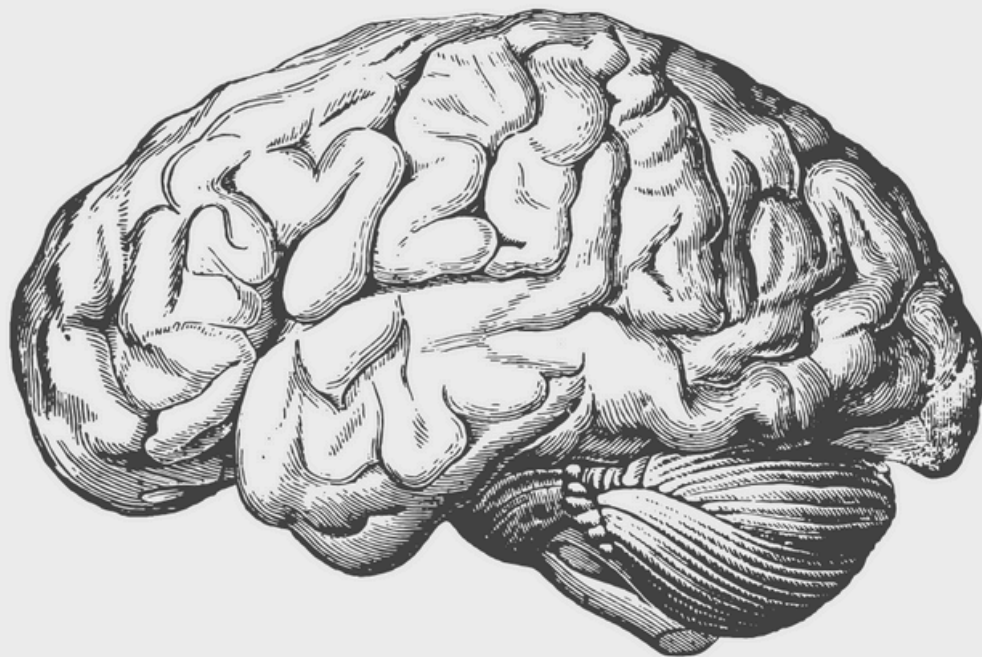


Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *Crianças e adolescentes em situação de rua: Políticas e práticas em debate*. São Paulo: Cortez. Discussão sobre a trajetória histórica da infância no Brasil e a institucionalização.

Rocha, R. (2013). *Políticas públicas para crianças e adolescentes: desafios e perspectivas*. Brasília: CONANDA. Abordagem sobre a efetivação das políticas públicas e o papel da sociedade civil.

## ANEXOS





# I MOSTRA DE PSICOLOGIA

## POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS

HENIKA PRISCILA LIMA SILVA  
Instituto Diniz